

FACTO

Jan-Mar 2012 • número 32 • ano VI

PLANO BRASIL MAIOR

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CADEIA
PRODUTIVA DA QUÍMICA FINA

14



ENTREVISTA TEMPORÃO

17

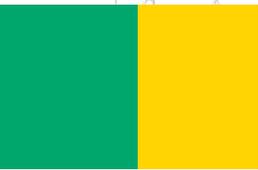


NOVA DIRETORIA ABIFINA

26



ARTIGO VITAL BRAZIL



Biolab 100% Nacional

Compromisso com o Futuro

Inovação é a palavra-chave. Acreditamos que o futuro se faz hoje, com investimentos no fomento da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, destinados à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

- Cerca de 10% do faturamento é destinado à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- Possui 196 patentes depositadas e 14 patentes concedidas;
- Mais de 100 projetos em andamento (incrementais, radicais e semirradicais);
- Intitulada como *Melhor Empresa* na categoria Farmacêutica e Cosméticos, segundo o anuário Valor 1000 (2011);
- Premiada como Melhor Visitação Médica pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, pelo 3^o ano consecutivo e
- Primeira parceria farmacêutica para uma Chamada Pública com a FAPESP.

Esses resultados mostram que a opção por Inovação é a melhor via para agregar valores e perpetuar as empresas.

//Corpo Dirigente

▼ Conselho Administrativo

Presidente: Ogarí Pacheco

1o Vice-Presidente: Nelson Brasil

Vice-Presidente Planejamento: Marcos Oliveira

Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alarío

Vice-Presidente Farmacêutico: Peter Andersen

Vice-Presidente Farmoquímico: Jean Peter

Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Lages

Vice-Presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier

Vice-Presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira

Relações Institucionais: Telma Salles

Assuntos Parlamentares: Josimar Henrique

Propriedade Intelectual: Reinaldo Guimarães

Assuntos Regulatórios Farmo: Odilon Costa

Assuntos Regulatórios Agro: João Alegre

Estudos da Biodiversidade: Vânia Rudge

Conselheiros Gerais:

Antonio Werneck | Artur Couto | Hayne Felipe

José Loureiro Cardoso | Rodrigo Pinto | Sergio Frangioni

Conselho Fiscal:

Marcelo Castro | Mario França | Tarciso Bonachela

▼ Conselho Consultivo

Akira Homma

Alberto Ramy Mansur

Alcebiades Athayde

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Fernando Sandroni

Jurandir Paccini

Paulo Cezar Aquino

Pedro Wongtschowski

Poliana Silva

Vinzenz Plorer

//Expediente

▼ Coordenação Geral

Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br

Reportagens (Capa e ABIFINA Comenta): Inês Accioly

Entrevista: Natalia Calandrini

Colaboração: Camila Werneck

Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação

21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

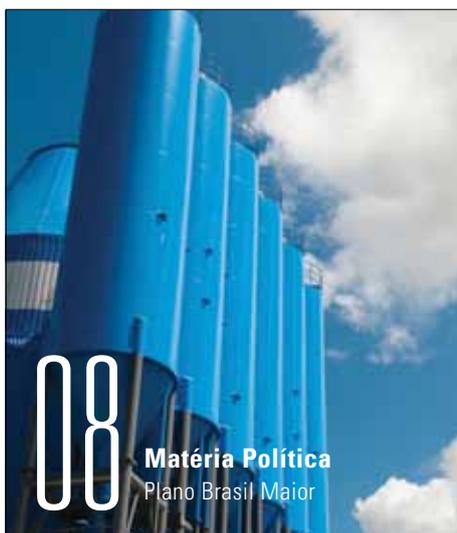
ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro • CEP 20020-050

Rio de Janeiro • RJ

Central Telefônica: Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413

www.abifina.org.br



Matéria Política

Plano Brasil Maior



Entrevista

O CEIS no Brasil e no Mercosul: uma visão da área da saúde pública



Especial

ABIFINA elege nova diretoria



Artigo Vital Brazil

Acidentes com viúva-negra cresceram 165% em 10 anos

//Sumário

Matéria Política	
Plano Brasil Maior	08
Entrevista	
José Gomes Temporão	14
Especial	
Eleita nova diretoria da ABIFINA	17

//Seções

Editorial	04
Painel do Associado	23
Artigo Vital Brazil	26
Saiu na Imprensa	28
ABIFINA em Ação	30

POLÍTICA INDUSTRIAL A INDÚSTRIA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nelson Brasil | Vice-Presidente da Abifina • Mauro Arruda | Economista



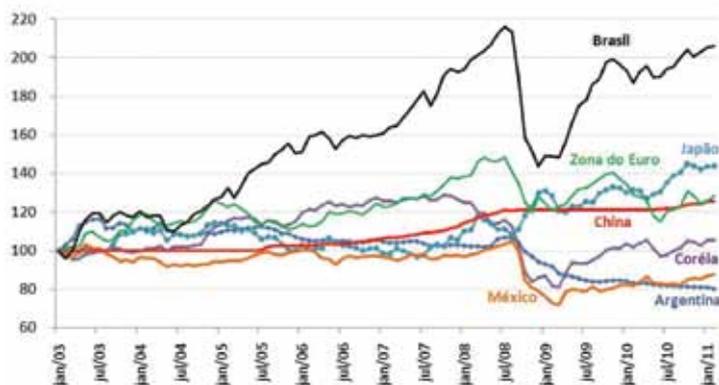
Nos últimos 20 anos a indústria brasileira vem perdendo a importância relativa que possuía na formação do PIB brasileiro, caindo hoje para algo próximo de 17%, o que é muito pouco para um país que ambiciona estar entre as maiores economias do mundo. Nesse contexto, é de grande relevância lembrar que todos os países de desenvolvimento tardio que saíram desse estágio de subdesenvolvimento elegeram a indústria como prioridade para a retomada do seu desenvolvimento. Esta orientação política tem sido o carro-chefe do desenvolvimento de todos eles, como verificado na situação do Japão pós-guerra, da Coreia do Sul nos anos 60, da China nos anos 80 da Índia, no século XXI. O Brasil marcou o início de seu processo de industrialização com Vargas nos anos 40, continuando com Juscelino nos anos 50 e, ao final do regime militar, com Geisel. Mas a partir de meados dos anos 80 – sobretudo nos anos 90, vem sofrendo um processo perverso, realmente de desindustrialização, por se ter submetido de forma ingênua aos ditames do Consenso de Washington, modelo econômico que levou o Brasil à crise financeira de 1999 e jogou o mundo na crise econômica de 2008, ainda sem perspectivas de solução.

A despeito desse incontestável cenário político-econômico, ainda hoje articulistas de renome na mídia brasileira continuam a defender o ul-

trapassado laissez-faire criado pelos ricos países europeus no início do século XX, e retomado pelo tatcherismo e reaganismo dos anos 80, rejeitando a necessidade de políticas industriais para o crescimento econômico, usando os argumentos de sempre: que a indústria brasileira não é competitiva, não investe em máquinas e equipamentos, não desenvolve tecnologia, e que somente sabe crescer com a proteção de mercado.

Em realidade, a indústria brasileira aceita competir no mercado nacional com produtos importados, deseja e pretende competir também em mercados internacionais, mas desde que tal competição no mercado venha a ocorrer em condições minimamente isonômicas, pelo menos no mercado pátrio.

GRÁFICO1: TAXA DE CÂMBIO NO MUNDO - US\$/ MOEDA LOCAL, ÍNDICE 100 - JAN/2003



Assim sendo, para que esse pré-requisito de isonomia competitiva seja atendido, é imprescindível o uso de políticas públicas que compensem as iniquidades das variáveis macroeconômicas em vigor – em especial a taxa cambial e o denominado Custo Brasil – com destaque para carga tributária, encargos trabalhistas e

taxas de juros, que tornam desproporcionalmente mais elevado o custo industrial no Brasil quando confrontado com países concorrentes. A valorização cambial e o Custo Brasil atingiram hoje níveis insuportáveis, chegando ao ponto de impedir a exportação de produtos industrializados que no passado eram normalmente exportados.

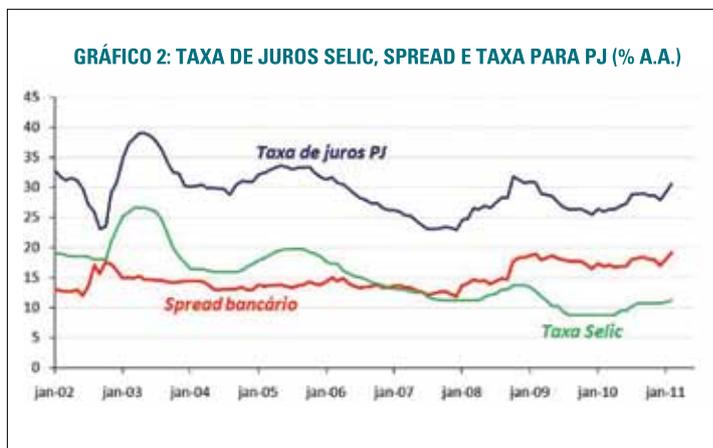
As taxas de câmbio das principais economias do mundo valorizaram-se menos que o real, sendo que algumas até se desvalorizaram, casos da moeda mexicana e argentina. O gráfico 1 da página 4 procura mostrar isso, com base numa seleção de alguns países.

De janeiro de 2003 a janeiro de 2011, a taxa de câmbio do Brasil se valorizou em 106,2%. Com tamanha valorização cambial, os custos industriais aumentaram significativamente em dólar, impedindo uma competitividade isonômica da indústria de transformação brasileira, vis-à-vis produtos fabricados no exterior.

Outro fato a destacar nessa falta de isonomia competitiva, que causa grave problema às empresas brasileiras – diferentemente do que ocorre com suas competidoras no exterior é o alto custo de capital para investimento e giro dos negócios, resultante de uma taxa de juros básica altíssima e de spreads bancários elevadíssimos. O gráfico 2 acima destaca, com grande nitidez, o crescimento do spread bancário, mesmo quando ocorre a redução da taxa Selic e o compulsório. O resultado disso é que o spread no Brasil, ponderado pelo saldo das operações de crédito em PPC (Paridade de Poder de Compra) em dólares, é 19,8 vezes o spread médio dos países.

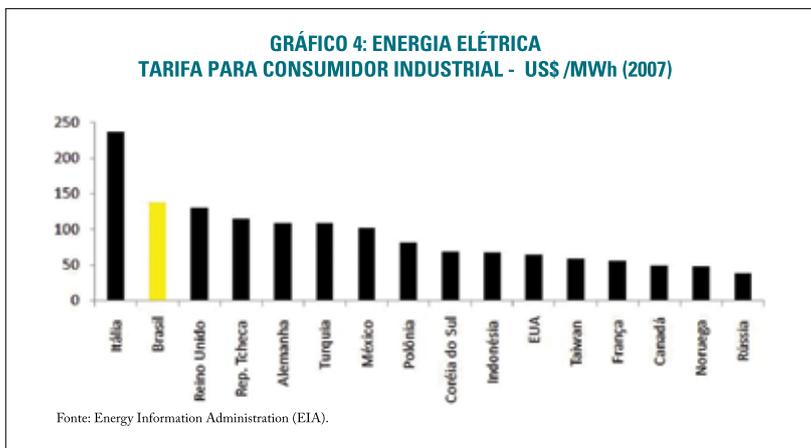
O custo da mão de obra no Brasil é significativamente onerado pelos encargos sociais. Um estudo do BLS - *Bureau of Labor Statistics*, dos EUA, compara o percentual dos encargos em relação ao custo total da mão de obra em 36 países. No Brasil, os encargos trabalhistas representam quase um terço (32,4%) do custo da mão de obra, o maior entre os países analisados pelo BLS. Mesmo na Europa,

com seu alto nível de benefícios sociais, o “peso” dos encargos no custo da mão de obra é de 25%. O quadro é ainda mais grave se os encargos no Brasil forem comparados com países em desenvolvimento, como mostrado no gráfico 3 mostrado abaixo.



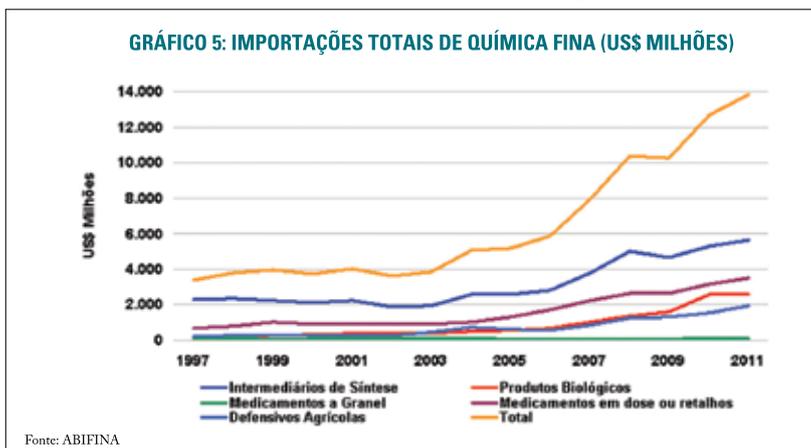
Apenas para ilustrar a falta de isonomia competitiva na oferta de insumos básicos para a atividade industrial no Brasil, o gráfico 4 mostrado na página 6 mostra que a tarifa da energia elétrica no Brasil é uma das mais elevadas do mundo. Na comparação com importantes economias que competem com o Brasil nos mercados mundiais e local de produtos industriais o Brasil tem larga desvantagem; com os BRICs pior ainda.

Em decorrência desses fatos, o complexo industrial da química fina, compreendendo produtos de alta tecnologia e com elevado valor estratégico e significado econômico e social para o País – como fármacos, medicamentos e produtos agroquímicos, que foi sucateado ao longo dos anos 90 devido à abrupta abertura comercial realizada e aprofundada pela apre-



ciaçãoção do Real ocorrida a partir de 1995, por não ter recebido até hoje efetivas medidas compensatórias a essa falta de isonomia com concorrentes no exterior, vem sofrendo um crescente processo de desindustrialização, nitidamente mostrado pelas importações que ocorrem no País, em substituição à fabricação local, como mostrado pelo gráfico 5 abaixo.

A redução dos custos relativos que mais pesam no Custo Brasil, a começar pela revisão da política cambial, deve constituir um norte a ser permanentemente perseguido na definição de políticas públi-



cas, mas enquanto isso não ocorre, é indispensável a adoção de outras medidas com efeitos setoriais, visando amenizar-se as dificuldades atuais, melhorando a competitividade das mesmas no mercado.

Com relação ao complexo da indústria de química-fina, sem prejuízo das observações feitas anteriormente, para a ABIFINA são relevantes as seguintes providências:

- Subvenção tecnológica para P&D: subvenção econômica para o desenvolvimento de processos e produtos industriais, que já foi definida em lei, deveria ser operacionalmente direcionada diretamente à empresa privada visando o “scale up” de processos industriais desenvolvidos em escala laboratorial, em vez de se atribuir à academia tarefa para a qual ela não dispõe da mínima competência. Vale dizer que esse preceito não é específico para a química fina, sendo aplicável aos demais setores industriais.

- Incentivos fiscais para P&D: os incentivos fiscais estabelecidos em lei visam exclusivamente as empresas que usam o sistema de lucro real, que constituem menos de 10% daquelas que atuam na indústria. O segmento industrial mais carente de incentivos fiscais são as empresas do Lucro Presumido, que não são cobertas pelos efeitos dessa lei. Além disso, os incentivos fiscais concedidos deveriam cobrir períodos plurianuais, e não simplesmente orçamentos anuais, como ocorre atualmente. Não menos importante, os critérios utilizados pela Receita Federal para aferição de tais aplicações deveriam ser harmonizados nacionalmente – hoje cada estado ou região usa critérios próprios. Vale dizer que esse preceito também não é específico para a química fina, sendo aplicável aos demais setores industriais.

- Fortalecimento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) destinadas ao complexo industrial da saúde (CIS): as parcerias de empresas privadas fabricantes de fármacos ou de

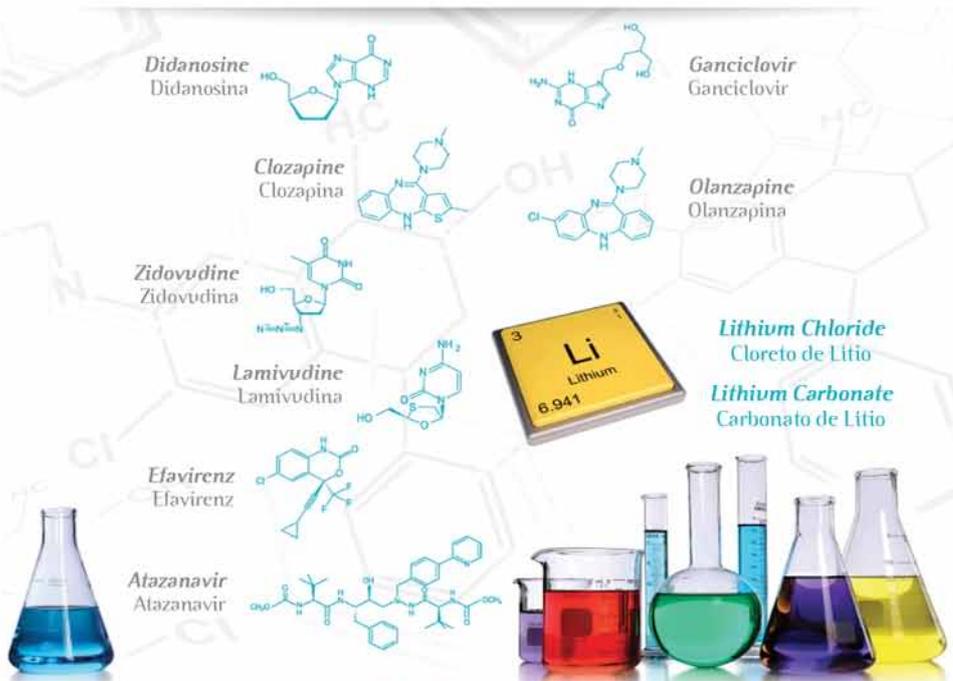
medicamentos no país com laboratórios oficiais deveriam ser fortalecidas através da regulamentação da lei 12.349/2010, visando-se o uso do poder de compra do Estado em favor de industrialização local.

- Marco regulatório (registro sanitário e propriedade industrial): o marco regulatório da propriedade intelectual e do registro sanitário de produtos deveria perseguir permanentemente suas ações de forma consistente com as políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento industrial do país.



CYG Biotech is a Brazilian company dedicated to the production of active pharmaceutical ingredients and pharmaceutical drugs. Established in 2010 by partners with extensive experience in the chemical and pharmaceutical fields. In addition to medications, product synthesis, laboratories, pilot plant, we also provide services to other industries of the branch always offering pharmaceutical solutions that provide improved quality of life.

CYG Biotech é uma empresa brasileira de capital 100% nacional, dedicada à produção de princípios ativos e medicamentos farmacêuticos. Criada em 2010 por sócios com uma vasta experiência no mercado químico farmacêutico, a empresa além de medicamentos, síntese de produtos, laboratórios, planta piloto, presta serviços a outras indústrias do ramo sempre oferecendo soluções farmacêuticas que proporcionem melhoria da qualidade de vida às pessoas.



www.cygbiotech.com.br



MATÉRIA DE CAPA

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CADEIA PRODUTIVA DA QUÍMICA FINA

No dia 3 de abril o Decreto Presidencial nº 7.713 regulamentou, finalmente, o uso do poder de compra do Estado em benefício do complexo industrial da saúde, estabelecido na Lei nº 12.349 (dezembro de 2010). Dessa forma, o governo brasileiro deu mais um passo à frente no sentido de estimular a produção local e romper o círculo vicioso de dependência de importações que coloca o sistema nacional de saúde pública em situação de alta vulnerabilidade. Mas ainda são imensos os desafios que o País tem pela frente para conquistar relativa autonomia no abastecimento de medicamentos e outros produtos estratégicos da química fina, como defensivos agrícolas indispensáveis ao agronegócio. O princípio da isonomia ora adotado na comparação de preços em licitações públicas precisa ser estendido à esfera regulatória, de forma a coibir importações de produtos com qualidade inferior à exigida dos fabricantes instalados no País. Na reportagem a seguir, empresários e executivos ligados aos setores fármaco-farmacêutico e agroquímico apresentam suas ideias de como o governo deve enfrentar essas questões.

A VULNERABILIDADE DA CADEIA

A falta de produção nacional de insumos estratégicos é um problema que afeta de maneira generalizada a química fina, seja no setor fármaco-farmacêutico, seja no agroquímico. Segundo Nicolau Lages, vice-presidente da Nortec Química, “hoje, como dependemos totalmente das importações de intermediários de síntese, principalmente da China e da Índia, temos dificuldades na competição com as empresas desses países e garantias limitadas quanto ao abastecimento interno”.

Peter Andersen, presidente da Centroflora, vai mais longe e afirma que “a história brasileira é de uma dependência quase integral da importação de farmoquímicos. O governo trabalha a formatação de PPPs para diminuir essa dependência, mas o fato é que hoje ela ainda é muito grande. E não só em moléculas novas, mas em farmoquímicos tradicionais com patentes já expiradas há muitos e muitos anos”.

Mesmo no segmento de drogas fitoterápicas, sobre o qual se poderia supor uma participação maior de insumos nacionais em função da rica biodiversidade brasileira, o quadro é desanimador. “Hoje, nas nossas farmácias, 95% dos fitomedicamentos são lastreados em plantas estrangeiras. A fitomedicina brasileira ainda é muito tímida, é bem marginal em termos de mercado. Como mudar isto é um grande desafio, que está relacionado à legislação de acesso à biodiversidade”, afirma Andersen.

Para o presidente do Instituto Vital Brazil (IVB), Antônio Werneck, a escassa produção de matérias-primas para fitoterápicos no País se deve principalmente ao baixo emprego de tecnologias de manejo e cultivo nessa área. “Algumas espécies de plantas medicinais são obtidas ainda por extrativismo. A utilização de técnicas de cultivo que viabilizem a multiplicação, permitindo a obtenção de plantas saudáveis, com qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda de mercado, nos parece um caminho viável. Sendo assim, o uso da biotecnologia na produção para o setor industrial seria a rota mais aconselhável”. Werneck entende que, uma vez adotadas novas tecnologias, como as de micropropagação, será possível obter uma cultura padronizada com potencial ótimo de rendimento e qualidade, ao contrário dos cultivos tradicionais, que estão suscetíveis a oscilações do espécime. “Porém, nada impede que o uso da biotecnologia seja feito no laboratório, em parceria com cooperativas e pequenos produtores rurais, através de mecanismos de capacitação”.

Telma Salles, diretora de Relações Institucionais do laboratório Aché, manifesta otimismo frente às perspectivas para o segmento de fitoterápicos. “Cada vez mais é reconhecida a importância dos produtos farmacêuticos obtidos a partir de matérias-primas encontradas na natureza, sejam fitomedicamentos sejam produtos obtidos por rotas biotecnológicas. Estamos apenas iniciando uma nova era de produtos biológicos para a saúde humana, cujo desenvolvimento terá certamente o Brasil como um agente importantíssimo, seja através de seus laboratórios e indústrias farmacêuticas, seja através de seu pujante mercado interno”.

Na cadeia produtiva dos medicamentos de origem biotecnológica – os chamados biomedicamentos – a dependência de matérias-primas importadas também tem sido uma constante. Segundo Edson Lima, diretor da Divisão Farmoquímica da Cristália, nos procedimentos que envolvem manipulação de genes (clonagem molecular) e construção das células produtoras de biofármacos recombinantes os insumos são quase todos importados. Nas etapas seguintes, que envolvem o cultivo celular (processo fermentativo) e purificação dos complexos proteicos, os componentes dos meios de cultivo e as resinas cromatográficas também são em sua grande maioria importados. “Na melhor das hipóteses a matéria-prima é importada na forma de bulk e apenas fracionada no Brasil”, observa Lima. “Neste contexto enquadram-se inclusive componentes que são de fabricação relativamente simples, como peptonas e extratos de levedura”.

Na opinião do diretor da Cristália, mesmo com o acelerado desenvolvimento da biotecnologia a principal fonte de matérias-primas para a cadeia produtiva da química fina continuará sendo a indústria petroquímica. E também nessa área o Brasil é dependente de importações. “Há ainda um importante hiato no que se refere à disponibilização local de insumos químicos mais especializados que seriam de extrema utilidade para a produção de intermediários de síntese. Pode-se citar como exemplo o THF (Tetra-hidrofurano) e o n-Heptano, solventes que deveriam ser de fácil acesso a partir da petroquímica, porém temos que importá-los”.

Nicolau Lages assinala que, embora o Brasil já seja um grande produtor mundial de petróleo e vá se tornar ainda maior com a exploração comercial do pré-sal, não temos aproveitado essa abundância de matéria-prima como vantagem competitiva para nossa economia. “Melhor do que exportar o petróleo bruto com baixo valor agregado, como vem sendo feito com o minério de ferro, será integrar as cadeias derivadas do petróleo para suprir o mercado interno e para exportação. Isto traria resultados importantes para o País tanto na geração de empregos como na industrialização e, conseqüentemente, na balança comercial. Sabemos que, apesar de mais de 70% de todos os Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) utilizados nos medicamentos terem origem no petróleo, isto representa muito pouco quando comparado aos números relativos à produção de petróleo. Entretanto, o seu valor agregado e estratégico assume grandes proporções”.

A criação no Brasil de um parque de intermediários de síntese a partir da indústria petroquímica demandaria trabalho

“HOJE, NAS NOSSAS FARMÁCIAS, 95% DOS FITOMEDICAMENTOS SÃO LASTREADOS EM PLANTAS ESTRANGEIRAS. COMO MUDAR ISTO É UM GRANDE DESAFIO, QUE ESTÁ RELACIONADO À LEGISLAÇÃO DE ACESSO À BIODIVERSIDADE”

PETER ANDERSEN

e investimentos por parte do governo. O BNDES, atento a essa necessidade, lançou em 2004 o Programa de Apoio à Cadeia Farmacêutica (Profarma) e desde então tem buscado articular os atores nas esferas pública e privada. Segundo Pedro Palmeira, chefe do Defarma/BNDES, “a capacidade instalada de produção de princípios ativos farmacêuticos no Brasil, hoje, é rarefeita. São poucos produtores de farmoquímicos, produtores com pequeno porte ou que não suportam uma competição em grande escala. De forma geral, para a grande maioria dos produtos o Brasil parece não ter mais condições de alcançar o estágio que produtores de baixo custo como Índia e China já alcançaram”.

“Parece-nos que um caminho mais inteligente de construção de competência em produção de farmoquímicos seria concentrar esforços em determinadas especialidades, determinados nichos farmoquímicos de maior complexidade ou de maior potência, ou mesmo considerados estratégicos para o nosso sistema de saúde”, argumenta Palmeira. “Hoje, contamos praticamente nos dedos as empresas que produzem. Não temos volume suficiente para promover uma indústria capaz de atuar de forma mais geral nesse setor - por isso a nossa defesa de uma ação mais focada, mais orientada para uma estratégia de nichos”.

No segmento agroquímico, o cenário é ainda mais sombrio no que diz respeito à dependência de insumos básicos, já que o setor não conta com nenhum programa governamental de apoio à sua cadeia produtiva. Segundo Luis Henrique Rahmeier, diretor de Desenvolvimento e Registro da Nufarm, cerca de 80% das empresas se dedicam à formulação do produto e cada vez menos à síntese propriamente dita. “A matéria-prima hoje produzida no país é muito reduzida, mas está disponível no mercado internacional, podendo muito bem ser importada e o produto final ser sintetizado aqui”.

De acordo com Rahmeier, o setor agroquímico hoje importa grande parte do seu produto pronto e acabado, “fazendo apenas alguma reembalagem ou algum tipo de manipulação menor e no nível da complexidade do Brasil. O movimento gradual de importações embargando nossa cadeia produtiva, e compreendendo cada vez mais produtos prontos, nos deixa muito vulneráveis do ponto de vista estratégico. Dependemos de quem domina tanto a tecnologia quanto as fontes propriamente ditas. Dependemos de fabricantes estrangeiros cujas políticas divergem da nossa, o que pode afetar grandemente a disponibilidade dos produtos. Todos os segmentos do agronegócio estão fortemente dependentes de importações, e nesse sentido são setores deficitários”.

A equação do fortalecimento da cadeia produtiva comporta variáveis que a iniciativa privada, isoladamente, não tem condições de controlar. Por isso, Edson Lima acredita que “o ressurgimento de um parque químico nacional não ocorrerá sem incentivos do governo, a exemplo do que tem sido oferecido a outros setores estratégicos, como as telecomunicações, para o qual se estuda a isenção de IPI, PIS e Cofins”.

POLÍTICA INDUSTRIAL E ESCALA COMPETITIVA

Um país que decide fortalecer sua indústria e transforma essa decisão em ações concretas – por exemplo, usando o poder de compra do Estado em favor do produto nacional e aplicando o princípio da isonomia para correção de disparidades cambiais, tributárias e outras em suas operações de comércio exterior – obtém como resultado uma indústria produzindo em maior escala, e portanto mais competitiva. Mas o Brasil ainda está na contramão desse processo, em que pesem as iniciativas dos últimos governos tendo em vista redirecionar a economia para uma rota de desenvolvimento sustentável.

O diretor da Cristália lembra que, a partir da década de 90, o Brasil passou por um processo de desindustrialização muito acentuado no setor químico. “Além da expressiva redução do parque instalado, houve também uma perda da capacidade técnica e de gestão, visto que os profissionais migraram para outros mercados. Consequentemente, deixamos de formar a próxima geração de gestores. Neste mesmo período alguns países asiáticos emergiram como grandes fornecedores de insumos químicos de base, e também de produtos mais especializados, como intermediários avançados de síntese e produtos farmoquímicos. Esses países ocuparam um espaço no mercado nacional que será difícil de disputar, tendo em vista os preços por eles praticados”.

A partir da aplicação efetiva de uma política de expansão industrial, forma-se um círculo virtuoso que torna imbatíveis os setores e empresas contemplados. Edson Lima comenta que, “à medida em que os países asiáticos foram se firmando como principais fornecedores para os maiores mercados, eles tiveram que investir em capacidade produtiva. Neste cenário, a competição fica ainda mais difícil para a indústria brasileira, pois o custo de produção para atender ao mercado local enfrenta a questão da escala. Como os asiáticos produzem em escala muito maior, têm custos menores que o produtor brasileiro”.

Nicolau Lages também aponta a escala do empreendimento como um fator decisivo para sua viabilidade econômica. “Na cadeia de síntese, à medida que nos aproximamos dos extremos cresce a escala necessária para justificar a produção. Por exemplo, na fabricação de IFAs a escala precisa ser grande para viabilizar o investimento, pois além do fato de as exigências de Boas Práticas de Fabricação (BPF) onerarem o investimento e a produção, é um segmento que depende muito de mão de obra, perdendo apenas para o têxtil, o de calçados e o eletroeletrônico na relação entre número de empregos gerados e faturamento”.

A melhor configuração para um parque químico industrial farmacêutico, segundo o vice-presidente da Nortec, é a implantação de, pelo menos, uma ou duas empresas fabricantes dos intermediários básicos (primeiros intermediários produzidos a partir da nafta e de outras matérias-primas) e diversas produtoras dos intermediários mais avançados, que irão alimentar as farmoquímicas e os fabricantes de defensivos agrícolas. “Visando à segurança estratégica no

abastecimento, no controle das divisas e nas condições para o aumento da competitividade, deve-se buscar um alto grau de integração dentro do país”.

O conceito de parceria produtiva tem sido frequentemente apontado como uma alternativa para a indústria brasileira superar barreiras relacionadas à economia de escala. Na opinião do diretor da Cristália a parceria, seja público-privada ou de outra natureza, tem se mostrado uma fonte de oportunidades para as empresas nacionais. “Há ainda muito espaço a ser ocupado por meio de parcerias, mas o mais importante é provê-las com sustentação jurídica, criando marcos regulatórios, sanitários e ambientais que estimulem a produção local de insumos estratégicos”.

Telma Salles compartilha essa percepção e entende que “as parcerias para o desenvolvimento produtivo concebidas pelo governo federal em caráter pioneiro há cerca de três anos constituíram uma excelente iniciativa, que foi apoiada e ampliada pelo ministro Padilha a despeito da inexistência de um claro marco regulatório que torne mais efetiva a sua implantação. A falta de regras claras tem dificultado a implantação dessas parcerias, já que sua efetivação depende muito de interpretações e vontades pessoais de agentes do poder executivo. Quanto às parcerias produtivas entre empresas privadas, elas evoluem sem constrangimentos, com a agilidade típica das ações nessa área”.

O presidente do IVB, igualmente, enxerga nas parcerias uma solução para melhorar o acesso a mercados. “Em um mercado globalizado e competitivo como o atual, o acesso parece ser fator determinante da força econômica das empresas. As PPPs oferecem uma boa relação entre custo e benefício, promovem melhorias de infraestrutura e garantem modelos operacionais flexíveis, adaptáveis a uma ampla gama de projetos. Toda essa capacidade estimula os setores

inovadores, que são os grandes responsáveis pelo melhor posicionamento das empresas no mercado global”.

De acordo com Pedro Palmeira, ainda que existam algumas dúvidas sobre a segurança jurídica da constituição de parcerias público-privadas, “este é um instrumento que deveria ser reforçado e ampliado. Mas sempre com uma cuidadosa escolha dos produtos alvos dessas parcerias, bem como uma cuidadosa e criteriosa escolha dos parceiros - o que, até o momento, na nossa visão, vem sendo realizado”.

O chefe do Defarma/BNDES pondera, entretanto, que as parcerias não deveriam ser o único mecanismo de incentivo à indústria farmacêutica local e aos investimentos em inovação tecnológica. “Outras ações, como a utilização inteligente e eficaz do poder de compra do Estado e encomendas tecnológicas feitas diretamente a empresas privadas, possibilitariam de fato que os meios privados pudessem realizar investimentos de maior risco em produtos de interesse estratégico do Sistema Único de Saúde”.

O BNDES entende que, na questão do acesso a mercados, o primeiro desafio é tornar o mercado interno acessível à indústria fármaco-farmacêutica nacional. “O Brasil é um país com mais de 100 milhões de pessoas incluídas num sistema de saúde que tem perseguido o desafio da universalização. Esse objetivo traz uma vulnerabilidade intrínseca, porque hoje grande parte dos produtos farmacêuticos e IFAs é produzida fora do país, o que nos coloca à mercê das intempéries e dos maus humores do mercado mundial”, comenta Pedro Palmeira.

De fato, se a indústria local tiver amplo acesso ao cobiçado mercado brasileiro de produtos para a saúde, sua escala de produção aumentará, causando impacto positivo na competitividade, e com isso outros mercados se tornarão mais





acessíveis. Mas é justamente nesse ponto que o governo tem se mostrado hesitante. “A questão aqui é a insegurança quanto ao futuro”, explicita Peter Andersen. “Hoje, temos um governo que, em certo aspecto, apoia. Mas apoia com os mecanismos tímidos que conhecemos. A evolução é lenta e precisaria ser acelerada. Temos o câmbio desfavorável à produção local e uma estrutura tributária cruel. Acho que falta garantia de ambiente de negócio no setor industrial brasileiro. Hoje, pretende-se atrair o industrial que uma geração atrás foi arruinado. Mas que garantias ele tem de que não enfrentará o mesmo problema adiante?”.

O vice-presidente da Nortec explica que as dificuldades de fortalecimento da base da cadeia produtiva também estão relacionadas a essa incerteza. “Precisamos desenvolver no país alguns segmentos de síntese química da cadeia produtiva farmacêutica, e não identifiquei nenhum problema relacionado à falta de infraestrutura. Já temos uma pujante indústria farmacêutica e um respeitável parque petroquímico, além de suficiente conhecimento científico, tecnológico e gerencial. Falta uma política industrial confiável e duradoura para incentivar e criar as condições necessárias ao aumento da competitividade dos produtos fabricados no País, pelo menos no mercado interno. Nenhum empresário fará investimentos no setor produtivo se não tiver um razoável grau de certeza de que vai conseguir vender seus produtos no mercado”.

A incerteza decorre, portanto, menos de uma ação governamental contrária à indústria nacional do que da aplicação não isonômica de processos burocráticos, notadamente na área de registro/fiscalização sanitária e na comparação de preços em licitações públicas. Enquanto outros países fogem ao tratamento isonômico para favorecer suas próprias indústrias, o Brasil ainda faz, em muitos casos, exatamente o contrário: favorece o produto importado em detrimento do nacional. Segundo Edson Lima, “os produtores locais têm todas as suas linhas de produção inspecionadas anualmente, ao passo que somente aqueles 20 IFAs listados na RDC 57/2009 são objeto de inspeção extrazona. Para consolidar uma isonomia regulatória é necessário ampliar a lista de IFAs que demandam registro no país”.

No setor de agroquímicos, os obstáculos regulatórios são ainda maiores, na medida em que o registro depende da aprovação de três ministérios – Saúde, Agricultura e Meio Ambiente. Luis Henrique Rahmeier conta que, ao investir em uma fábrica, uma empresa pode ter que esperar três ou quatro anos para iniciar suas operações, até que o registro do produto seja aprovado. “Nesse contexto, faz mais sentido comprar o produto pronto e acabado de uma fábrica já instalada noutro país do que investir na fábrica”.

O diretor da Nufarm explica que, por haver grande dificuldade de comunicação e de uniformização de dados entre os órgãos envolvidos, “o processo é realmente improdutivo, e isto num setor economicamente estratégico. Produtos importantes para o agricultor nacional estão em uma situação de praticamente monopólio ou de restrição de mercado; estão na mesma fila de outros produtos disponíveis em abundância ou menos relevantes para a agricultura. Não existe uma gestão que, por exemplo, em função da ocorrência de uma praga que precise ser combatida com urgência em culturas importantes para o agronegócio, determine que a aprovação do registro de certo produto seja priorizada”.

INCERTEZA INIBE A INOVAÇÃO

Falta de profissionais qualificados e afinados com o ambiente empresarial, escassez de empresas de base tecnológica, dificuldades de integração entre empreendimentos em escala laboratorial e a indústria – estes são alguns dos obstáculos à intensificação da inovação tecnológica nos setores farmacêutico e agroquímico nacionais.

Nicolau Lages lamenta que não haja no Brasil de hoje muitas empresas fazendo pesquisa e desenvolvimento em síntese química. “Por mais capacitadas que sejam as empresas existentes, falta ao País, no momento, massa crítica. Do lado da biotecnologia o problema ainda é maior, por conta da escassez de empresas operando nessa área. Temos bons laboratórios de pesquisa nas universidades e instituições tecnológicas, que poderão fazer pesquisas e desenvolvimento de processos de fabricação em escala de laboratório. Entretanto, somente as empresas estarão habilitadas a fazer o dimensionamento para a escala comercial, porque esse trabalho, que requer a experiência do engenheiro químico, já faz parte do dia a dia das empresas”.

Na mesma linha de pensamento, Telma Salles afirma que o Brasil já dispõe de capacitação em pesquisa tecnológica básica, embora ainda haja espaço para diversificação e ampliação. “Mas o maior problema reside na migração de processos da escala laboratorial para a industrial em condições de atender o mercado consumidor. Trata-se de um longo e complexo caminho que, no caso de medicamentos, passa pelos testes clínicos em suas diversas etapas, área em que o Brasil é muito carente. Temos que criar e desenvolver institutos dedicados à execução de ensaios clínicos que se-

jam habilitados a realizar tais atividades no país, em prazos adequados à realidade de um mercado internacional extremamente competitivo”.

Esse quadro de desarticulação entre instituições de pesquisa e indústria atenta contra a eficácia das políticas de fomento à inovação. “Temos, no máximo, ilhas de competência no Brasil para desenvolver certos farmoquímicos, mas os problemas estruturais comprometem fortemente a capacitação”, afirma Peter Andersen. Entre essas ilhas de competência destaca-se, segundo Edson Lima, a capacidade brasileira de produzir células recombinantes e realizar análises genéticas. “Esta se encontra bem servida, graças ao grande apoio que as agências financiadoras deram à formação de bioquímicos e biólogos moleculares por décadas e, mais recentemente, aos diferentes projetos genoma executados tanto em nível nacional como regional”.

O diretor da Cristália comenta que nas áreas de fermentação, tecnologias de purificação e caracterização de biofármacos existem menos profissionais no mercado e este é um dos fatores limitantes para o crescimento da área. “Temos também grandes deficiências no país para execução de testes pré-clínicos dentro das normas da Anvisa, seja por falta de número adequado de profissionais qualificados, inexistência de animais com padrão de qualidade exigido, ou pela falta de infraestrutura laboratorial certificada para os testes”. Segundo Lima, o Ministério da Saúde identificou essa fragilidade e tem procurado mapear as capacidades/competências, bem como as deficiências dos laboratórios públicos e privados da área, no intuito de apoiá-los para que possam prestar serviços de qualidade ao setor industrial.

Para a consolidação de um próspero parque bioindustrial farmacêutico no Brasil, o diretor da Cristália considera importante, além da manutenção da política de produção local dos princípios ativos viabilizada pelas PPPs, a continuidade do apoio às atividades de pesquisa nas empresas por meio de Editais de Subvenção Econômica à Inovação (Finep/MCT) e Funtec (Fundo Tecnológico/BNDES).

Os entraves colocados pela legislação brasileira de acesso às matérias primas da biodiversidade constituem uma dificuldade adicional para as empresas inovadoras. Edson Lima está convicto da “necessidade de se instituir um novo marco regulatório sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado, principalmente no que se refere à repartição de benefícios. As futuras modificações na legislação precisam considerar os impactos no estímulo à pesquisa com a biodiversidade brasileira”.

Antônio Werneck também chama atenção para a importância desse problema e afirma que a demora na obtenção de autorizações atinge diretamente os cientistas e trava o processo de inovação das indústrias. “Acreditamos na real necessidade de ações para evitar a biopirataria e em medidas que assegurem o controle tanto do material genético acessado quanto do conhecimento tradicional, e que possam também

auxiliar na desburocratização do sistema. Entendemos, no entanto, que o pesquisador brasileiro não pode ser impedido de exercer atividades geradoras de benefícios para a saúde pública e a própria proteção da biodiversidade brasileira”. O presidente do IVB acrescenta que o País precisa de uma norma específica de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Qualidade para medicamentos fitoterápicos, bem como a adequação dos requisitos para realização de ensaios clínicos, “já que os fitoterápicos apresentam particularidades distintas dos medicamentos sintéticos, devido à complexidade de seus constituintes químicos”.

No setor agroquímico nacional, o ambiente tem sido desfavorável à inovação tecnológica. Luis Henrique Rahmeier lembra que, mesmo no caso de produtos genéricos, embora a legislação determine que sejam exatamente iguais aos respectivos produtos de referência, os pedidos de registro ficam de três a quatro anos na fila. “Se uma empresa quer inovar ou propõe uma nova formulação, uma nova mistura de ativos que não está no mercado, no presente contexto ela é penalizada, pois não irá se beneficiar do registro por equivalência. Para registrar uma inovação, a empresa tem que gerar mais dados e irá demorar mais para obter a aprovação”.

“Vivemos uma situação contraditória”, acrescenta o diretor da Nufarm. “Por um lado, o governo oferece incentivos e recursos para inovação, mas por outro há uma fronha burocrática engessada, que não deixa o mercado ter a dinâmica que a inovação necessita. As empresas precisam de tempo e de fôlego para conseguir chegar ao produto inovador, mas acabam não aguentando a pressão dos obstáculos”.

O chefe do Defarma/BNDES entende o receio da indústria em investir mais fortemente em inovação e afirma que a solução para isso é “a utilização de mecanismos relacionados à demanda de produtos - poder de compra governamental, encomendas tecnológicas e, de certa forma, o trabalho que as próprias PPPs já vêm realizando. Se o Governo, de forma coordenada, for capaz de mitigar determinados riscos de demanda, acreditamos que essa capacitação tecnológica possa se acelerar dentro das empresas e o país passe a vencer, de fato, o salto tão desejado em direção à inovação”. Na opinião do diretor de Relações Institucionais da Cristália, Odilon Costa, quase tudo o que a indústria farmacêutica nacional necessita para deslançar já está prescrito no Plano Brasil Maior. “A saúde ganhou centralidade na agenda do governo. Nós devemos pinçar do Plano o que nos interessa - em termos de Custo Brasil, competitividade e Parceria Público-Privada com segurança jurídica - chamando a atenção de todas as esferas de governo e da sociedade para o fato de que, se o Plano chama-se Brasil Maior, é porque alguma coisa de ‘menor’ existe: os gargalos que freiam o nosso desenvolvimento. Já se fez uma Índia Maior, uma China Maior e uma Coreia Maior. Agora é a vez do Brasil Maior, sem a pequenez da insegurança jurídica, da carga tributária excessiva refletida no Custo Brasil; sem a pequenez da falta de insumos intermediários; sem a pequenez da ‘bioadversidade’ e suas limitações”. 

A close-up photograph of a man with dark hair, wearing a grey suit jacket, a white shirt, and a patterned tie. He is holding a silver microphone in his right hand and gesturing with his left hand. The background is a blurred wall with some logos.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO
EM DEFESA DA INDÚSTRIA
NACIONAL E DA SAÚDE PÚBLICA

“O BRASIL ESTÁ PRODUZINDO MEDICAMENTOS NA ÍNDIA E NA CHINA. ACHO ISSO UM DISPARATE”

O governo brasileiro avançou consideravelmente na política industrial concebida nos últimos anos, visando atingir autonomia nacional na área de produtos essenciais para a saúde pública. No final de 2010, essa estratégia foi coroada de êxito com a aprovação da Lei nº 12.349, que alterou a Lei das Licitações com o objetivo adicional de ajudar a reverter o déficit comercial de US\$ 11 bilhões do setor. A expectativa deste ano é que, a partir da regulamentação dessa lei para estipular critérios para a concessão de margem de preferência de até 25% nas licitações do governo, a produção nacional venha a ser positivamente influenciada.

Agora, quando o governo federal começa a adotar medidas que compensem a defasagem cambial, como pela Lei 12.349, vozes já conhecidas se levantam contra o que consideram protecionismo à empresa brasileira. Desnecessário e retrógrado são alguns dos adjetivos de que se valem os neoliberais de sempre, com seus argumentos contra o uso do poder de compra do Estado. Para detalhar a fundamentação teórica e prática que se encontra por trás da estratégia adotada pelo governo, a FACTO Abifina entrevistou José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde do governo Lula. Atual coordenador-executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), ele foi criador dos conceitos básicos que balizaram o denominado Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS), partindo do pressuposto de que políticas públicas para as áreas de saúde, indústria e inovação sempre devem andar juntas.

Como o senhor responderia ao argumento de que o Brasil não precisa se preocupar com o déficit comercial do setor porque tem dólares para fechar a conta da balança de pagamentos?

É uma visão pragmática obtusa. O déficit comercial da saúde é de US\$ 11 bilhões, um valor enorme, que vem crescendo em alta velocidade. Porém, o mais grave é que, por trás dele, está o déficit de conhecimento e a perda de empregos. Estamos criando postos de trabalho na China e na Índia, em vez de no Brasil. Estamos comprando produto já acabado – o que significa dizer que estamos produzindo medicamentos lá na Índia e na China. Acho isso um disparate. Não que a estratégia de internalizar a produção proponha que o Brasil tenha uma autonomia total na produção. Até porque país nenhum tem.

Como o senhor desenvolveu o conceito de Complexo Industrial da Saúde?

Eu e Carlos Gadelha (atual secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde) fizemos uma série de estudos na área de vacinas e biotecnologia de 1995 a 2003. Chegamos à conclusão de que a saúde tem uma dualidade. Além de ser política social fundamental, possui uma dimensão econômica muito específica, que pode ser trabalhada de duas maneiras. Em uma, o mercado resolve os problemas. Em outra, é necessária a indução por meio das políticas industrial e de saúde. Até então, nunca foi pensada a possibilidade de articular políticas de saúde, indústria, comércio, ciência e tecnologia, incluindo o BNDES como agente fomentador. Quando me tornei ministro, em 2007, encontrei a oportunidade de colocar em prática a proposta.

O pensamento para a saúde sempre teve foco no serviço, como a qualidade do atendimento médico-hospitalar?

Exatamente. Essa ainda é a visão que predomina, um grande equívoco. No ministério, começamos a buscar uma ação integrada, que pudesse também reduzir o déficit comercial e de conhecimento do setor. Foi então que chegamos à estratégia das parcerias público-privadas, com o uso do poder de compras do Estado para induzir a produção nacional. Em 2011, a participação das compras públicas no mercado de medicamentos passou de 20%. E a curva é ascendente.

Qual foi a estratégia adotada pelo governo para escolher as áreas prioritárias para projetos de encomendas ou compras públicas?

Usamos três categorias centrais. A primeira delas é o perfil epidemiológico, que aponta para o tratamento das doenças negligenciadas e das doenças crônicas. A segunda é o custo das doenças que mais impactam o orçamento do Ministério da Saúde. Em terceiro lugar, as empresas e instituições que podem gerar conhecimento, aumentando a capacidade de o Brasil inovar.

O Brasil é protecionista em sua nova política de compras públicas?

Muito longe disso. Diversos especialistas e formadores de opinião questionam o limite de 25% na margem de preferência prevista na Lei 12.349. Quero chamar atenção que esse é apenas um dos pontos da política, não seu centro. A proposta se aplica a uma visão mais ampla, de fortalecer a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento produtivo. A empresa que se beneficiar da lei deverá cumprir condicionantes nessas áreas, visando o desenvolvimento econômico e social do País.

Temos 15 anos de parceria público-privada no campo das vacinas, incluindo acordos de transferência de tecnologia. Hoje o Brasil é um dos grandes produtores mundiais de vacina, graças a seu Programa Nacional de Imunização. Recentemente, por exemplo, Bio-Manguinhos, da Fiocruz, firmou acordo de transferência de duas vacinas modernas com a GlaxoSmithKline. A Fundação Ezequiel Diaz, em Minas Gerais, se juntou com a Novartis para a internalizar a vacina contra meningococo. Essa experiência acumulada pelo Brasil alimenta a visão estratégica atual no campo de medicamentos.

O que essa nova fase traz de benefícios para o país?

Com o uso do poder de compra do Estado, os gestores públicos podem saber exatamente o universo de pacientes e planejar ações para garantir a universalização do atendimento. No primeiro momento, faz sentido o Estado arcar com um custo maior, até o processo industrial ser totalmente internalizado. Aliás, outra questão muito importante é internalizar a produção de princípio ativo. Algumas empresas de capital nacional estão verticalizando sua produção, como a Libbs e a Cristália. Essa estratégia vem permitindo que algumas farmoquímicas, como a Nortec e a Globe, possam fortalecer sua capacidade produtiva, depois de terem sido praticamente destruídas durante os anos 90. Há um esforço de ampliar também a capacidade de produção das matérias-primas, das quais o Brasil depende hoje de 80% de importação.

Qual é a tendência da regulamentação da Lei 12.349?

Especular sobre isso é muito cedo, mas minha expectativa é otimista em conseguirmos uma regulamentação em prazo rápido. Há vários fóruns discutindo o tema e o Ministério da Saúde aparece como novo ator. Até então, ele era mero comprador de qualquer coisa que se colocasse no mercado. Agora, é um ministério que opina e induz os rumos do desenvolvimento.

O que falta para a o fomento ao Complexo Industrial da Saúde ser ampliado?

Disseminar nas empresas a ideia da inovação e aproximá-las das universidades. Devemos também enfrentar décadas de retrocesso. Aprovamos, por exemplo, uma lei de patentes altamente lesiva. Ao contrário da Índia, que se valeu do período de graça concedido pela OMC e aprovou ao final

desse prazo uma lei de patente extremamente restritiva, hoje o país tem um imenso parque produtivo, que produz para o mundo inteiro. Mas, curiosamente, não há qualquer relação da política de medicamentos indiana com a política de saúde. É somente a lógica do mercado. O sistema de saúde indiano é frágil, não cobre nem metade da população. Estamos tentando fazer diferente aqui. Quando você olha as 30 PPPs, todas são fundamentais para a política de saúde. Não tem descolamento.

Mas os trabalhos da maioria dessas PPPs não avançaram. Qual é a dificuldade?

São múltiplas. A relação laboratório público e empresa privada é recente e envolve problemas de gestão na rede estatal. Podem surgir problemas tecnológicos, no campo da formulação. E nem sempre o ritmo de funcionamento da instituição pública acompanha o de uma empresa privada. Porém, lembremos que é preciso ter um olhar de médio e longo prazo para as PPPs.

Uma das maiores empresas do mercado, a EMS, de capital nacional, ainda não tinha entrado em nenhuma parceria. Agora, está fechando com o Ministério da Saúde uma série de propostas. O paradigma está mudando. Quando a empresa vê que a proposta é séria, percebe que se ficar de fora vai sair perdendo. O que o ministério está garantindo é que essas parcerias tenham acesso a uma série de compras governamentais para programas de saúde pública.

As PPPs brasileiras da saúde são exemplo para o mundo?

Na área de doenças negligenciadas, existe há anos a Fundação Bill e Melinda Gates fazendo parcerias com empresas privadas. Mas ter uma visão que alia desenvolvimento econômico, inovação, política de saúde e fomento do Estado, considero bastante inovador.

Pelo que o senhor tem acompanhado pelo Isags, há experiências que o Brasil possa aproveitar?

Na América do Sul, não. O conceito do CIS é uma visão muito brasileira ainda. No Isags, estamos tentando colocar essa questão para os dirigentes de saúde. Mas diria que ainda não é uma linguagem disseminada fora do Brasil. O que verificamos como preocupação comum aos ministros da Saúde da região é a necessidade do acesso universal a medicamentos, o que vai esbarrar na discussão de patente, produção e barreiras tarifárias.

Quais são suas metas à frente do Isags?

Temos cinco políticas prioritárias. A questão do acesso universal ao sistema de saúde e a medicamentos é uma. Também buscamos entender como fazer políticas intersetoriais de saúde, educação, ação social e redução da miséria. Além disso, temos o compromisso de formar quadros – os futuros dirigentes da saúde da América do Sul. Estamos ocupados, ainda, em pensar as dimensões de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica no continente. 



NOVA DIRETORIA ASSUME A ABIFINA

PRESIDENTE ELEITO, OGARI PACHECO, TERÁ O DESAFIO DE LUTAR CONTRA A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Os produtores brasileiros passam por um momento de grande expectativa em relação aos rumos que tomará a política industrial do país. Se por um lado o governo reconhece a existência do processo de desindustrialização como uma fragilidade em nosso modelo de crescimento econômico e revela a intenção de buscar formas para compensar a apreciação cambial, por outro lado medidas mais enérgicas ainda precisam ser tomadas para enfrentar esses males. Junto a isso, o setor industrial ainda encara barreiras regulatórias que se arrastam há anos, sem falar de novos entraves que surgem com o avanço em P&D, como é o caso dos medicamentos biotecnológicos. Neste cenário de oportunidades e grandes desafios, a ABIFINA elegeu em março deste ano sua nova diretoria para o exercício de 2012 a 2014. O médico paulista Ogari Pacheco, presidente do Conselho de Administração do laboratório Cristália, agora está à frente da ABIFINA.

O novo presidente inicia sua trajetória na ABIFINA apontando como prioridades o combate à desindustrialização, o atendimento às demandas dos diversos segmentos da química fina, a busca por novas fontes de recursos e novos associados. Pacheco também enfatiza o cuidado que terá em manter o ambiente democrático na entidade.

Ele menciona que está estudando a missão e a visão das empresas associadas para buscar

pontos em comum que possam ser acrescentados à estratégia de atuação da ABIFINA. “Se houver interesses conflitantes, vamos discutir”, ressaltou em seu discurso de posse, comprometendo-se a “manter o legado” da entidade. “O que o pequeno time da ABIFINA conseguiu fazer é muito importante. O setor deve muito à ABIFINA”.

Para o ex-presidente Jean Peter, o “capital de credibilidade” da ABIFINA se deve ao 1º vice-presidente Nelson Brasil, que dará suporte ao que será, em sua visão, a principal missão de Pacheco. “A ABIFINA tem de ser o bastião da reindustrialização brasileira”, defende, complementando: “Pacheco tem tudo para fazer a entidade crescer e ficar ainda mais fortalecida”.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), que elegeu a nova diretoria, Nelson Brasil detalhou as atividades da ABIFINA que a tornam uma entidade tão representativa. Algumas delas são a articulação com as entidades setoriais do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), audiências com ministros, participação em missões internacionais e mediação com as agências reguladoras. Ele também destacou os resultados das ações do Comitê de Propriedade Intelectual, do Grupo de Apoio Jurídico em Propriedade Intelectual, do Comitê Fermo, do Comitê Fito e do Comitê Agro. E apresentou o Plano de Ações para 2012/2014, aprovado pela AGO.

BOAS-VINDAS

“A ABIFINA foi um dos atores mais expressivos no renascimento das farmoquímicas e farmacêuticas nacionais. Em sua história, a entidade construiu uma relação que permanecerá: ela apoia o desenvolvimento nacional e a indústria a impulsiona para frente”

Reinaldo Guimarães, ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, hoje no Cristália e eleito diretor de propriedade intelectual

“A FarmaBrasil vai andar de braços dados com a nova diretoria da ABIFINA, que pode contar com nosso total apoio”

Josimar Henrique, presidente da Hebron e da FarmaBrasil

“Neste momento, a saúde ganha centralidade na agenda do governo. Precisamos aproveitar as janelas de oportunidades que se abrem com o Plano Brasil Maior”

Odilon Costa, diretor do Cristália

“Estamos muito felizes de estar representados pela nova diretoria”

Telma Salles, diretora de relações institucionais do Laboratório Aché

“Dr. Pacheco tem grande isonomia e sabe reconhecer o mérito dos parceiros. Como dirigente, saberá ouvir e identificar as questões importantes para nosso setor”

Alberto Ramy Mansur, presidente do Conselho de Administração da Nortec Química

“Tenho certeza de que faremos um trabalho conjunto e frutífero”

Vinzenz Plorer, vice-presidente da EMS

“Espero que tenhamos uma associação forte e que seus membros também sejam fortes para o Brasil crescer na área da química fina”

José Loureiro Cardoso, diretor da CYG Biotec

“O Grupo Agro da ABIFINA tem grande importância e, com seu trabalho de formiguinha, tem se destacado. Devemos investir ainda mais nesta área”

Luis Henrique Rahmeier - Diretor de Desenvolvimento e Registro da Nufarm

“Continuamos nos sentindo muito bem representados pela nova diretoria. A ABIFINA tem um setor comum a todos os segmentos que é o desenvolvimento nacional. Esse véu maior continuará cobrindo todas as atividades”

Rodrigo Pinto, diretor da FCC

“A questão dos excipientes deve ser incorporada à agenda pela ABIFINA. Vamos aproveitar o momento político para impulsionar os fabricantes”

Sérgio Frangioni, diretor da Blanver

“A ABIFINA é entidade das mais respeitadas, pois foi construída em colaboração com os associados. Comungamos ideias e esta é nossa força”

Lélio Maçaira, presidente da Laborvida

“A ABIFINA tem um discurso bem visto pelo governo, e vem se posicionando sobre a lei de acesso ao patrimônio genético, além da isonomia regulatória. Nunca fomos tão bem representados”

Peter Andersen, presidente do Grupo Centroflora



Da esquerda para a direita: Jean Peter, Ogari Pacheco e Nelson Brasil

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente: Ogari Pacheco			
Vice-Presidentes		Diretores Temáticos	
1º Vice-Presidente: Nelson Brasil		Relações Institucionais: Telma Salles	
Vice-Presidente Planejamento: Marcos Oliveira		Assuntos Parlamentares: Josimar Henrique	
Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alario		Propriedade Intelectual: Reinaldo Guimarães	
Vice-Presidente Farmacêutico: Peter Andersen		Assuntos Regulatórios Farmo: Odilon Costa	
Vice-Presidente Farmoquímico: Jean Peter		Assuntos Regulatórios Agro: João Alegro	
Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Lages		Estudos da Biodiversidade: Vânia Rudge	
Vice-Presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier			
Vice-Presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira			
Conselheiros Gerais	Conselho Fiscal	Conselho Consultivo	
Antonio Werneck	Marcelo Castro	Akira Homma	Jurandir Paccini
Artur Couto	Mario França	Alberto Ramy Mansur	Paulo Cezar Aquino
Hayne Felipe	Tarciso Bonachela	Alcebíades Athayde	Pedro Wongtschowski
José Loureiro Cardoso		Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira	Poliana Silva
Rodrigo Pinto		Fernando Sandroni	Vinzenz Plorer
Sergio Frangioni			



*Da esquerda para a direita:
Odilon Costa, Reinaldo Guimarães,
Telma Salles e Josimar Henrique*



Foto 1 : Plenário
Foto 2: Ogari Pacheco,
Nelson Brasil, Telma
Salles, Jean Peter e Equipe
ABIFINA

OGARI PACHECO

UMA HISTÓRIA DE GESTÃO E ENGAJAMENTO

Ogari Pacheco é um líder que exerce na prática aquilo que prega. Forte defensor da produção nacional, ele construiu um dos maiores e mais inovadores laboratórios farmacêuticos brasileiros, o Cristália, com uma estrutura verticalizada, que produz desde as matérias-primas até parte das embalagens. A empresa possui dezenas de patentes depositadas no Brasil e no exterior, investindo no Brasil apesar das adversidades e resistindo ao assédio recorrente de potenciais compradores estrangeiros.

Médico formado pela Universidade de São Paulo (USP), Pacheco começou logo cedo a desenvolver a habilidade de gestor. Assim que concluiu a Residência Médica no Hospital das Clínicas, recebeu o convite de um colega para montar uma clínica médica em Itapira, no interior paulista. A sociedade prosperou e firmou convênios com 90% das empresas da cidade.

Ao mesmo tempo, Pacheco começou a trabalhar em um grande hospital de psiquiatria da cidade. Foi quando teve a ideia ousada, junto com três colegas, de produzir medicamentos para baixar o custo operacional da clínica. Instalado

em 1972 com recursos próprios, o laboratório começou a produzir além do consumo do hospital. Então, uma firma de representação propôs a venda do excedente em licitações públicas. Apenas oito anos depois, o Cristália se tornou um dos principais fornecedores de medicamentos do governo brasileiro. Foi quando Pacheco percebeu a importância do poder de compra do Estado como política de indução do desenvolvimento industrial.

O que veio em seguida ilustra bem a história recente do desenvolvimento industrial brasileiro. Em 1985, Pacheco resolveu apostar na fabricação de princípios ativos pelo Cristália. A empresa começou a inovar e, em 2007, lançou o Helleva, para disfunção erétil, que foi o primeiro remédio com molécula 100% sintetizada no Brasil. Atualmente, o laboratório conta com mais de 100 pesquisadores.

Por sua trajetória de sucesso, o novo presidente da ABIFINA, Ogari Pacheco, recebeu mostras de reconhecimento público, com prêmios como o Empreendedor do Ano, pela Ernst & Young (2000), e a Medalha do Conhecimento, oferecida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2006). 

ENTREVISTA

CONHEÇA AS IDEIAS DO NOVO PRESIDENTE DA ENTIDADE



**“SE UM
MEDICAMENTO FOR
FEITO COM MATÉRIA-
PRIMA NACIONAL E
CUSTAR MAIS 10%,
NA FARMÁCIA ISSO
VAI REPRESENTAR
1%. NÃO VAI TER
DIFERENÇA PARA O
CONSUMIDOR FINAL”**

Ogari Pacheco defende a inclusão de medidas específicas para o setor no Plano Brasil Maior e o registro rápido de produtos farmacêuticos com insumos nacionais. Pensando na prestação de serviços para os associados, ele antecipa que vai buscar apoio para programas de intercâmbio de conhecimento, além de estudar novas fontes de receita para a ABIFINA. Pacheco pretende desenhar novas soluções, mas garante que a entidade vai continuar pintando nas mesmas cores. “A ABIFINA permanece tão alvinegra como antes. Sou corintiano, enquanto Nelson Brasil é botafoguense”, brinca o presidente, um apaixonado por futebol, que pretende dar continuidade à defesa da indústria nacional de química fina.

Qual será a principal bandeira de sua gestão?

Criar melhores condições para o desenvolvimento da indústria do setor, incluindo o desenvolvimento tecnológico. De que maneira? Formando a opinião do governo sobre as fraquezas da indústria, suas necessidades e o que pretendemos fazer.

Estão em estudo propostas relacionadas ao Plano Brasil Maior?

Em linhas gerais, o programa foi bem feito. No que diz respeito a nosso setor, precisa de ajustes na área regulatória, na desburocratização da Anvisa, na desoneração de impostos de intermediários. Pretendemos solicitar a extensão das medidas para o complexo químico, farmoquímico e de biotecnologia. Vamos sugerir a desoneração da folha de pagamentos em setores da química fina. Também vamos pedir a inclusão de moléculas e de produtos nas margens de preferência das compras públicas. Já estamos estudando uma lista para encaminhar para o governo.

Qual é sua opinião sobre o processo de desindustrialização?

Alguns setores estão até desempregando, por enfrentar uma competição predatória. A existência de competição é natural, pois é preciso ter grande competência para produzir e sobreviver no mercado. Mas não quando a produção é subsidiada, por meio do câmbio. O governo está sensível a esse argumento, mas não pode ficar apenas no discurso. Por isso, devemos cobrar medidas. Devemos funcionar como verdadeiros fiscais das medidas anunciadas no Brasil Maior.

Quais são as novidades previstas para o associado?

Já na gestão anterior, a ABIFINA promovia diversas atividades para aperfeiçoar técnicos da indústria. Pretendemos ampliar essa atuação. Não apenas com atividades em nossa sede, como dentro das indústrias. Para isso, precisamos de recursos. Portanto, os cursos deverão ser cobrados com preços abaixo do mercado.

Outra medida é buscar recursos complementares sem onerar os associados. Recebemos uma lista enorme de sugestões e vamos analisar o que é exequível. Além disso, vamos negociar possíveis apoios, como do Ministério do Desenvolvimento e da Apex-Brasil, por meio de programas multipropósito, por exemplo, para levar profissionais brasileiros para o exterior ou trazer profissionais estrangeiros, com o objetivo de intensificar a troca de conhecimentos.

De que forma o senhor pretende encampar as diferentes agendas da química fina?

A indústria de biotecnologia engatinha no Brasil, então precisamos tratá-la como uma criança recém-nascida, com cuidados maiores. As farmoquímicas são adolescentes, que também precisam de cuidados – porque ainda não estão consolidadas –, porém possuem um pouco mais de maturidade. A farmacêutica é bem mais madura e sólida. O nível de apoio é de outra natureza, notadamente regulatória e tributária.

O setor agroquímico pode ser considerado em estado intermediário entre a farmoquímica e a farmacêutica, e merece atenção especial no campo das medidas tarifárias. Todos os segmentos vão precisar de apoio, de cuidados e principalmente de proteção contra a competição predatória, injusta, subsidiada, da China e dos países que estão em crise e buscam no Brasil solucionar seus problemas.

O senhor defende o registro acelerado de produtos farmacêuticos com insumos nacionais. Como funcionaria esse sistema?

Como a indústria brasileira está focada nos genéricos e compete fortemente por espaço no mercado, poderíamos facilitar o registro para os produtos feitos com matérias-primas nacionais. Dessa forma, um medicamento brasileiro em fase de registro bloquearia a aprovação do mesmo medicamento feito com material importado. Certamente as farmacêuticas passariam a comprar insumos no Brasil, pois precisam lançar produtos com rapidez.

O sistema protegeria a indústria nacional, sem prejuízo do consumidor. Isso porque, hoje, a maior parte do lucro fica no ramo não produtivo, ou seja, na comercialização. Se o medicamento for feito com matéria-prima brasileira e ficar 10% mais caro, na farmácia isso vai representar 1%. Não vai ter diferença para o consumidor final. Discuti o assunto com o Ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, mas ele nos recomendou documentar uma proposta formal, na qual vamos começar a trabalhar.

**“COMO A INDÚSTRIA
BRASILEIRA ESTÁ
FOCADA NOS
GENÉRICOS E COMPETE
FORTEMENTE POR
ESPAÇO NO MERCADO,
PODERÍAMOS
FACILITAR O REGISTRO
PARA OS PRODUTOS
FEITOS COM
MATÉRIAS-PRIMAS
NACIONAIS”**

Como avalia a história recente da ABIFINA e projeta os próximos anos?

Tivemos uma gestão facilitada pela permanência do 1º vice-presidente, Nelson Brasil, que dá alma à ABIFINA, uma das entidades mais importantes do país, devido à sua credibilidade. Ela se faz ouvir em qualquer nível governamental. Sua equipe interna dá base para o trabalho fluir. Costumo dizer que o time não veste a camisa da ABIFINA – ele a tem tatuada no corpo. Sinto-me absolutamente tranquilo em trabalhar com um time desses. E espero contar com a ajuda dos associados, que também são muito ativos.

Já nos primeiros dias como presidente, recebi uma lista de solicitações de missões com o governo. Ninguém sozinho é capaz de tocar o barco. Estou contando com ajuda de todos para que a ABIFINA possa ter ainda mais conquistas no setor. Vamos nos esforçar de forma conjunta, coordenada, para incentivar o país a se desenvolver e desfrutarmos do privilégio de sermos brasileiros. 

PAINEL DO ASSOCIADO

► HALEX ISTAR

A Halex Istar Indústria Farmacêutica é a mais nova associada da ABI-FINA. A empresa, que está situada no Pólo Farmacêutico de Goiás, atua no segmento hospitalar, especialmente no desenvolvimento, produção e comercialização de soluções parenterais, medicamentos injetáveis e produtos hospitalares descartáveis no âmbito nacional e internacional. Nossos votos de boas vindas à nova associada.

► UMICORE

DUPLAMENTE SUSTENTÁVEL

A multinacional belga Umicore conquistou pelo segundo ano consecutivo o Top 10 das empresas mais sustentáveis do mundo. Uma das líderes globais no desenvolvimento de tecnologias e processos limpos de produção, a empresa faz soluções que contribuem com o meio ambiente, como o catalisador automotivo e a reciclagem de materiais complexos. Presente em 36 países, a Umicore está ainda na oitava posição do Ranking Global 100, que é

elaborado a partir do estudo anual publicado pela revista canadense Corporate Knights, especializada em desenvolvimento sustentável.

► FARMANGUINHOS E LIBBS

MEDICAMENTO 100% NACIONAL

Já resultou em produto o acordo de cooperação tecnológica firmado em agosto de 2010 entre o laboratório público Farmanguinhos e o laboratório privado nacional Libbs Farmacêutica para fabricar no país o Tacrolimo. O imunossupressor, que evita a rejeição de órgãos transplantados, começou a ser usado em pacientes em março. Serão distribuídos 6,6 milhões de cápsulas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa beneficiará mais de 25 mil pessoas no Brasil e vai gerar uma economia de R\$ 240 milhões ao governo.

Durante os três primeiros anos do contrato, a produção será feita pela Libbs e, a partir de 2015, Farmanguinhos fabricará, em suas instalações, metade da produção do Tacrolimo. A empresa se comprometeu a passar todo o conhecimento

técnico para produzir o remédio para Farmanguinhos. A partir de 2017, o instituto público vai suprir 100% da demanda nacional, usando o princípio ativo fornecido pela Libbs.

► CRISTÁLIA

MEDICAMENTOS BIOTECNOLÓGICOS

A biotecnologia é a bola da vez para os investidores interessados na área farmacêutica. O laboratório Cristália, que iniciou logo em 2006 uma planta para pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e é a empresa privada pioneira nessa área no Brasil, investiu cerca de R\$ 100 milhões em ampliações e pesquisa. E deve aplicar três vezes mais nos próximos anos.

Pelo menos oito grandes laboratórios nacionais, associados em duas “big pharmas”, já estão a caminho dos biossimilares com a participação do BNDES. Para receber a designação de Droga Órfão do FDA americano, a Recepta Biopharma investiu R\$ 40 milhões e atraiu como investidores os empresários Emilio Odebrecht, do Grupo Odebrecht, e o pecuarista Avelino Mineiro.

Em 2010, as vendas globais da indústria farmacêutica atingiram US\$ 707 bilhões, 18,4% deles em produtos biotecnológicos. Estima-se que em 2016 eles passarão a representar 21% das vendas. Nos EUA, o registro de novos biológicos correspondeu a 44% em 2010, contra 35% em 2002.

SEM PATENTE

Em ação judicial contra a multinacional Abbott e INPI, o Laboratório Cristália obteve sentença com a nulidade da patente do princípio ativo Lopinavir, um dos principais componentes do coquetel anti-Aids fornecido pelo Ministério da Saúde. Recebeu ainda liminar que autorizou a produção do medicamento antirretroviral composto por Ritonavir + Lopinavir no Brasil. A decisão é da juíza Daniela Pereira Madeira, da 9ª Vara do Rio de Janeiro.

NOVA FARMACÊUTICA

Uma nova companhia chega ao mercado: a Supera RX, que tem a expectativa de atingir US\$ 100 milhões em seu primeiro ano de operação, chegando a US\$ 500 milhões até 2017. A empresa nasce com portfólio de cerca de 30 medicamentos e passará a 70, incorporando, no médio prazo, remédios inovadores das três farmacêuticas que a compõem – a americana MSD (Merck & Co) e as brasileiras Eurofarma e Cristália. As duas últimas formaram no ano passado a Supera.

A MSD terá participação de 51% na Supera RX, enquanto Cristália e Eurofarma ficam com 24,5% cada. Os ativos da nova companhia incluem os medicamentos já estabelecidos das três companhias, boa parte do pipeline e uma fábrica que abriga a atual sede da Supera, na capital paulista.

APOSTA NOS DERMOCOSMÉTICOS

O Cristália traz para o Brasil lançamentos recentes da marca francesa de dermocosméticos Uriage: o Tolé-derm Creme para hidratação e Tolé-derm Água Suavizante para higiene com ou sem enxágüe. Os produtos visam proporcionar hidratação, recuperação e prevenção de males da pele sensível, com ação calmante e redução na sensação de intolerância

e desconforto, promovendo a proteção contra agressões externas.

► BIO-MANGUINHOS

LICENCIAMENTO NÃO ONEROSO

A partir de acordo de licenciamento de tecnologia assinado com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação Ezequiel Dias (Funed) passa a produzir o kit para diagnóstico de leishmaniose visceral canina a ser utilizado no SUS. A tecnologia está protegida junto ao INPI e o modelo de transferência adotado é inédito para a universidade. O acordo não estabelece previsão de remuneração pelo uso da tecnologia, decisão que se deve ao fato dela estar relacionada ao diagnóstico de doença negligenciada e de grande impacto sobre a saúde pública.

O objetivo do fornecimento ao SUS é regularizar de vez as interrupções na realização dos exames no estado. O material para teste ofertado pelo Ministério da Saúde para atender os laboratórios centrais de saúde pública do país atualmente está concentrado em Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro, o que dificulta o atendimento da demanda em Minas Gerais.

► ACHÉ, EMS E UNIÃO QUÍMICA

BIG PHARMA

O Brasil passará a ter um representante no mercado global de biomedicamentos: a BioNovis, joint venture entre os laboratórios brasileiros Aché, EMS e União Química, além da Hypermarcas. O projeto ambicioso tem a intenção de criar a maior indústria farmacêutica do Brasil.

Segundo o presidente da nova empresa, Odnir Finotti, o Brasil importa cerca de R\$ 10 bilhões por ano em biomedicamentos, sendo que aproximadamente 60% desse valor é de compras do governo brasileiro. É nesse filão que a BioNovis quer crescer.

O início da produção de medicamentos deve levar de dois a três anos, depois da compra de um pacote tecnológico para o início das pesquisas. Para isso, serão investidos R\$ 500 milhões ao longo dos próxi-

mos cinco anos, incluindo também a construção de uma fábrica e de um centro de pesquisas. Os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina estão na disputa para abrigar a nova farmacêutica.

O investimento inicial na empresa somará R\$ 200 milhões e os R\$ 300 milhões restantes serão levantados em operações de captação de recursos no mercado. A iniciativa deve ter apoio financeiro do BNDESPar, braço de participações do BNDES, que pode financiar R\$ 200 milhões. A participação do fundo como sócio está em discussão e sua fatia ficaria entre 20% e 25%.

► EMS E NOVARTIS

DISPUTA DE MERCADO

Acabou a consulta pública de número 10 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que define o que são medicamentos de referência e como se dará a produção de genéricos e similares. O maior impacto será sobre remédios de uso hospitalar e de prescrição restrita.

Levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (ProGenéricos) aponta que 15 medicamentos perderão suas patentes até 2015. Os laboratórios donos das patentes já estão atentos à possibilidade de ver suas margens de lucro diminuir. Entre eles, estão Roche, Pfizer, EMS, Eli Lilly, Novartis, Merck, Abbot, Acelion e Schering Plough. “Com certeza, consta nos planos continuar investindo em produtos que devem ter as patentes expiradas”, disse a EMS em comunicado (Associada: EMS).

► ACHÉ

NUTRACÊUTICO CHEGA AO BRASIL

O Aché, em parceria com o laboratório inglês Oxford Pharmascience, lançou no Brasil o nutracêutico Inellare, primeiro suplemento de cálcio e vitamina D no país, disponível na apresentação de tablete mastigável. Sua principal indicação é a prevenção da perda de massa óssea em mulheres na menopausa. De rápida dissolução, garante maior disponibi-

lidade de cálcio para absorção, sem efeitos colaterais como flatulência, constipação e distensão abdominal, usando a Tecnologia Avançada de Dissolução de Sólidos.

▶ BIOLAB

PORTFOLIO AMPLIADO

A Biolab vai comercializar no Brasil produtos desenvolvidos pelo laboratório italiano Menarini. Com 126 anos de atuação em 57 países e faturamento anual de 3 bilhões de euros, a Menarini é a maior farmacêutica na Itália, com 7% do mercado. Até 2013, pelo menos sete medicamentos da companhia serão vendidos pelo laboratório brasileiro.

Dessa forma, a Biolab amplia seu portfólio, composto atualmente por mais de 100 produtos das especialidades médicas de cardiologia, ginecologia, dermatologia, ortopedia, reumatologia, clínica médica, pediatria, gastroenterologia, endocrinologia, geriatria e dermocosméticos.

Outra novidade no portfólio da Biolab é a primeira linha para o controle da hiperidrose (suor em excesso) e da bromidrose (mau odor nas axilas e pés). O M&P Dry combina ativos que reduzem a produção do suor das glândulas sudoríparas e atuam como antisséptico, inibindo a proliferação das bactérias responsáveis pelo mau cheiro.

▶ OUROFINO

CONTROLE DE QUALIDADE

No ano em que comemora 25 anos de história, o Grupo Ourofino Agronegócio chega à China, onde abriu escritório de representação, na cidade de Xangai. O país representa aproximadamente 75% das importações do Grupo Ourofino. A demanda atende às unidades de saúde animal (Cravinhos-SP) e defensivos agrícolas (Uberaba-MG). Os principais produtos importados são intermediários e princípios ativos para a agricultura e pecuária.

“Essa representação significa maior proximidade dos fornecedores internacionais, preocupação no controle de qualidade na com-

pra de matéria-prima e presença em mercados que representam inovação e tecnologia”, explica o presidente da unidade de negócios agrícolas Ourofino Agrociência, Jurandir Paccini.

▶ BIO-MANGUINHOS E INSTITUTO BUTANTÃ

ESFORÇOS CONTRA A DENGUE

O Instituto Butantan, o laboratório público Bio-Manguinhos e o francês Sanofi Pasteur, juntamente com os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos, estão prontos para começar a testar uma vacina contra os quatro tipos de dengue. A pesquisa será realizada em 300 voluntários em São Paulo a partir de junho. O medicamento deve estar disponível para a população em três anos.

▶ BIO-MANGUINHOS

NOVO TESTE EM USO

O teste rápido para HIV, sífilis e hepatite viral produzido por Bio-Manguinhos já está sendo usado por técnicos municipais, das secretarias estaduais de Saúde, e de Justiça e Administração Penitenciária. Chamada de plataforma de duplo percurso, a novidade substituiu a antiga plataforma utilizada na realização dos testes. A mudança na metodologia confere maior confiabilidade aos resultados (Associada: Bio-Manguinhos).

▶ ACHÉ E HEBRON

CORRIDA DOS FITOTERÁPICOS

Em 2011, o mercado de fitoterápicos movimentou cerca de R\$ 1,1 bilhão no Brasil, aumento de 13% em relação a 2010, de acordo com estimativa da consultoria Pharmaliza, sobre dados da IMS Health. O Aché embarca na tendência e lança em abril um novo produto voltado para a área respiratória.

Já a pernambucana Hebron e a sul-africana Aspen estão trabalhando para ampliar o portfólio desses

medicamentos. A multinacional quer expandir seus negócios no Brasil e negocia a compra de outros medicamentos dessa linha. Alexandre França, presidente da subsidiária brasileira, diz que aproximadamente um terço da receita do grupo no país, que está na base dos R\$ 160 milhões, vem dos fitomedicamentos.

▶ INSTITUTO VITAL BRAZIL

UM TOQUE DE CIÊNCIA

Em março, o Instituto Vital Brazil iniciou extrações públicas de venenos de cobras e escorpiões, além de visitação a setores de pesquisa e criação de animais. As atividades mensais fazem parte do projeto “Um toque de ciência”, que tem o objetivo de educar a população a respeito de animais peçonhentos, pesquisas e questões ambientais.

▶ OUROFINO

APOIO DE OURO

A equipe de especialistas da Ourofino Agronegócio participou das cinco etapas do Circuito Feicorte NFT 2012, em Cuiabá (MT). A empresa foi patrocinadora ouro do evento. O Mato Grosso é detentor do maior rebanho bovino do Brasil, com quase 30 milhões de animais. São mais de 108 mil propriedades rurais no estado com produção de gado.

▶ OXITENO

OPERAÇÃO NORTE-AMERICANA

A Oxiteno anunciou a aquisição de uma planta de especialidades químicas da Pasadena Property. O valor total da aquisição foi de US\$ 15 milhões, sem assunção de dívidas. A planta está localizada em Pasadena, Texas, um dos mais importantes centros mundiais de produção química. A Oxiteno adaptará a planta para produção de especialidades químicas. A capacidade total de produção será de 32 mil toneladas por ano, e o início das operações está previsto para 2013. 

INSTITUTO VITAL BRAZIL ACIDENTES COM VIÚVA-NEGRA CRESCERAM 165% EM 10 ANOS

A pequena aranha pode levar o acidentado à morte, dependendo do grau de intoxicação

Nos últimos 10 anos, 775 acidentes com aranhas viúvas-negras foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Segundo Claudio Maurício Vieira, biólogo e coordenador do Setor de Artrópodos do Instituto Vital Brazil, esse número está muito abaixo do real, pois é uma aranha pequena e de difícil diagnóstico dos sintomas.

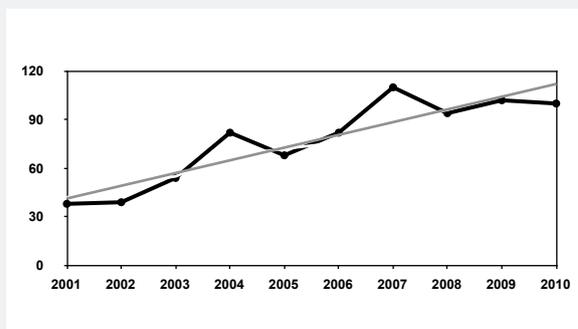


Gráfico - Evolução do perfil epidemiológico dos acidentes com aranhas viúvas-negras notificados ao Sinan no período entre 2001 e 2010 (Sinan, jan/2012)

A curva ascendente dos acidentes diagnosticados e notificados ao Sinan, no período entre 2001 e 2010, indica seu comportamento dinâmico no Brasil, e embora os números absolutos pareçam modestos, a conhecida morbidade desses acidentes justifica maior atenção a esse agravo.

A Ouvidoria do Instituto Vital Brazil comprova essa evolução com suas estatísticas. O serviço prestado pelo instituto recebeu ligações sobre aparecimento de aranha de várias espécies em

busca de informações sobre acidentes, identificação e sobre o que fazer em caso de picadas. Em 2009, foram 25 atendimentos acerca desse assunto. Esse número subiu para 34 atendimentos em 2010, e chegou a 45 no último ano.

A viúva-negra pode ser encontrada em todo o país, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Costumam aparecer, principalmente, entre a primavera e o verão (época especial para os artrópodos, de forma geral). É quando o tempo começa a esquentar, há maior disponibilidade de energia no meio e, por consequência, há mais alimento para esses animais (aranhas se alimentam de insetos).

Dos 775 acidentes notificados, 171 foram em Santa Catarina, seguida de Minas Gerais, com 125 notificações, e São Paulo, com 98. Isso demonstra que mudou a característica dessa espécie, cujos acidentes eram mais notificados por estados litorâneos. “Esse tipo de animal se adapta muito bem a ambientes naturais ou mesmo em locais sob forte ‘perturbação’ do homem. São capazes de se reproduzir em áreas poluídas, construções de concreto e diferentes cultivos agrícolas”, afirma Vieira. O Rio de Janeiro ocupa o 16º lugar no ranking de notificações de acidentes com viúvas-negras. “O estado tem uma característica interessante. A cada três anos ocorre um acidente grave. O último notificado foi em 2009. Segundo as estatísticas, o próximo seria em 2012”, ressalta.

As estatísticas acertaram: em março deste ano, um trabalhador rural de Quissamã (município

litorâneo do estado) ficou 10 dias no hospital e, por pouco, esse acidente não teve graves consequências. O acidentado conseguiu capturar a aranha que o picou e, por isso, o seu diagnóstico foi rápido. Ainda assim, o quadro evoluiu com gravidade em um curto espaço de tempo e ele teve risco de morte. O paciente foi transferido para um hospital em Campos, onde recebeu o soro antiaracnídeo, que não era específico para a espécie. Depois de seis dias na Unidade de Tratamento Intensivo, com respiração artificial, apresentou melhora. Retornou a Quissamã, onde ficou no hospital mais alguns dias. Até hoje, recebe acompanhamento para observar a evolução do quadro.

Os sintomas da picada costumam aparecer entre 20 e 60 minutos após o acidente e se caracterizam por sudorese, edemas de cor avermelhada, dor intensa no local da picada e no abdômen, acompanhada de rigidez local, câimbras, náuseas e vômitos, anorexia, ansiedade, agitação, insônia, dor de cabeça intensa, hipotermia, tremores e contraturas musculares e distúrbios nervosos. “Um indivíduo tratado com o soro específico contra o veneno da viúva-negra tem regressão dos sintomas em aproximadamente 24 horas, ao passo que o tratamento sintomático (com relaxantes musculares, analgésicos e outros) deixa o acidentado, no mínimo, 10 dias em ambiente hospitalar”, esclarece o biólogo.

Hoje, o soro oferecido gratuitamente nos polos de atendimento pelo Ministério da Saúde é o antiracanídeo, que não é específico para picadas de viúvas-negras. Para ter acesso ao soro antilatrôctico (específico para a espécie), o acidentado deve entrar em contato com o Instituto Vital Brazil, que é o único produtor desse soro no país.

As publicações sobre os acidentes com humanos no Brasil mostram que a necessidade de um soro específico produzido no país é levantada como de grande importância para tratamento dos acidentes em diferentes regiões. Os casos graves eram tratados com soro argentino que o Ministério da Saúde do Brasil importava com frequência irregular e mantinha em regiões onde esses envenenamentos eram notificados. A eficácia do tratamento inespecífico (baseado principalmente em relaxantes musculares) é questionada por ser uma conduta lenta na recuperação dos acidentados, muitas vezes sem resultado terapêutico esperado, com o prolongamento dos períodos de internação e reinternação do acidentado para complementação de atendimento. Os fármacos utiliza-

dos no tratamento sintomático em acidentes com viúva-negra objetivam a estabilização, inibição, controle ou reversão dos efeitos indiretos causados pelo veneno.

Diferentes pesquisas afirmam que a soroterapia específica reduz significativamente a permanência do paciente em ambiente hospitalar, pois a remissão dos sintomas do envenenamento, especialmente das manifestações dolorosas, é rápida e o restabelecimento total do acidentado ocorre em poucas horas, sendo essa a principal vantagem terapêutica observada no tratamento.

Em caso de acidente com animais peçonhentos, Vieira explica que o acidentado deve procurar socorro médico imediato. É importante lavar o local da picada com água e sabão, manter o acidentado em repouso, e, se a picada foi no braço ou na perna, as extremidades devem ficar levantadas. “Quem quiser, pode colaborar com o Instituto Vital Brazil com informações sobre a ocorrência desses animais em sua região. Basta ligar para 0800 022 1036 ou mandar e-mail para sac@vitalbrazil.rj.gov.br”, informa. 

Curiosidade- *Um fato que desperta a atenção é seu nome popular: viúva-negra. Isso se deve à fêmea geralmente se alimentar do macho após a cópula. Durante o ato sexual, o macho introduz sua genitália no ducto sexual da fêmea. Após a ejaculação dos espermatozoides, com um movimento brusco, o macho quebra sua genitália dentro do corpo da fêmea para garantir o fechamento da abertura sexual da fêmea, impedindo que outro macho fecunde novamente a mesma fêmea. E como os aracnídeos são providos de sistema circulatório aberto, o macho morre por hemorragia perdendo seu fluxo sanguíneo. Apesar de não matar o parceiro, a reputação de assassina da viúva-negra vem do fato de ela se alimentar dele após o acasalamento. “A fêmea não faz por mal, apenas se aproveita do cadáver do macho para repor a energia gasta na cópula”, explica Vieira.*

Prevenção- *Para que os acidentes com aranhas ou outros animais peçonhentos não ocorram, Claudio Maurício explica que as pessoas devem manter jardins e quintais limpos, evitando o acúmulo de entulhos nas proximidades das casas. Além disso, evitar folhagens densas (plantas ornamentais, trepadeiras, arbusto, bananeiras e outras) junto a paredes e muros das casas. Outra dica é manter a grama aparada e vedar frestas de portas e janelas.*

► DILMA PROMETE DEFESA COMERCIAL E RECEBE APOIO NA GUERRA DOS PORTOS

VALOR ECONÔMICO, 23/03/12

Pela sobrevivência da indústria

A presidente Dilma Rousseff garantiu que o governo tomará atitudes em favor da indústria brasileira e fez questão de distinguir conceitualmente a “defesa comercial”, praticada legitimamente pelos países que almejam desenvolvimento autônomo, do criticado protecionismo. Dilma reiterou seu apoio, na esfera legislativa, à Resolução 72 do Senado, que tenta dar fim à guerra fiscal entre estados.

A uniformização das alíquotas do ICMS em nível nacional, sem nenhuma exceção, é uma imposição da política industrial do país, que não pode mais coexistir com a sangria desatada de favorecimento das importações em certas unidades da federação. Há casos de fabricantes nacionais que pagam 18% de ICMS para concorrerem com produtos importados em regime de alíquota zero desse imposto. Tal disparidade tributária entre o produto fabricado localmente e o importado, promovida em determinados estados a pretexto de incentivar a atração de mercadorias para seus portos, prejudica o desempenho da política industrial e compromete a sustentabilidade do desenvolvimento econômico do país.

► UE ESTUDA PROTECIONISMO NAS COMPRAS DO GOVERNO

VALOR ECONÔMICO, 22/03/12

O exemplo vem de cima

Um plano de reformas formulado por Bruxelas propõe conferir às autoridades da União Europeia delegação para adotar medidas de retaliação contra países que se recusarem a oferecer às empresas europeias “acesso justo” aos contratos governamentais. A proposta, ora em fase de negociação na UE, pretende fortalecer o poder dos negociadores europeus na concorrência por contratos governamentais em mercados emergentes, como a China. O mercado de compras públicas nos países da UE está estimado em € 2 trilhões e responde aproximadamente por 19% do PIB do bloco.

O uso do poder de compra do Estado é um tradicional instrumento de defesa comercial. Desde 1932 os Estados Unidos fazem valer o seu *Buy American Act*, lei segundo a qual o poder executivo pode favorecer a compra do produto fabricado localmente, em licitações internacionais, quando o considera estratégico para o país. Embora os produtos para a área

da segurança e defesa constituam o maior alvo desse protecionismo da produção local, em realidade a autorização é ampla e há inúmeras situações em que é usada para abrigar outros setores industriais, como automotivo, têxteis etc.

► GOVERNO QUER PRODUZIR NO PAÍS REMÉDIOS IMPORTADOS

VALOR ECONÔMICO, 22/03/12

Um reforço para o SUS

O governo brasileiro lançou o Programa de Investimento no Complexo Industrial da Saúde (Procis), para fortalecer os laboratórios públicos com ênfase na fabricação nacional de produtos estratégicos para o SUS que atualmente são importados. O investimento este ano será de R\$ 259 milhões e a expectativa é que nos próximos quatro anos mais R\$ 1 bilhão seja destinado a esses laboratórios, além de mais R\$ 1 bilhão de contrapartida dos estados. O novo programa pretende estimular prioritariamente a produção de medicamentos para doenças crônicas, aids, doenças negligenciadas, além de vacinas e equipamentos.

Doenças negligenciadas constituem um conjunto de doenças típicas de populações economicamente carentes que são combatidas por produtos com reduzido valor de mercado, o que desestimula o interesse de laboratórios privados. Nessa área, é de fundamental importância a intervenção do Estado em parceria com empresas nacionais, mais comprometidas com o desenvolvimento econômico e social interno do que os grandes laboratórios multinacionais. A iniciativa do Ministério da Saúde é de importância fundamental para o Brasil.

► PROTECIONISMO É VÁLIDO CONTRA DESINDUSTRIALIZAÇÃO, ADVERTE CEPAL

VALOR ECONÔMICO, 21/03/12

Legítima defesa

A secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal/ONU), Alicia Bárcena, declarou que a valorização das moedas latinoamericanas tem prejudicado a competitividade das exportações e aumenta o risco de desindustrialização na região. Por isso, algumas medidas protecionistas são “muito válidas”, desde que temporárias. O limite entre defesa comercial e protecionismo, segundo a secretária, está dado pelas regras da OMC, “e a nossa região ainda tem algum espaço nesse sentido”.

A apreciação do real destrói a competitividade da



ABIFINA EM AÇÃO

EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRÔNOMA É TEMA DE REUNIÃO

O setor produtivo agroquímico participou de discussão sobre a Instrução Normativa n° 42 (IN 42), de 2011, que trata dos testes de eficiência e praticabilidade agrônoma. A ABIFINA foi representada no encontro pelo diretor de Assuntos Regulatórios do AGRO, João Alegre, e pela gerente técnica, Diva Arrepia.

O debate foi realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em janeiro, com foco nos seguintes assuntos: prazo até dezembro de 2013 para a complementação dos três laudos de eficácia e praticabilidade; possibilidade de solicitação de novo Registro Especial Temporário e de estabelecimento de novos contratos para estudos adicionais; aceitação de estudos internos realizados pelas empresas, ainda não no formato da IN 42; e uma possível reunião técnica para outros esclarecimentos.

REUNIÃO COM SINDAG

O Grupo de Trabalho (GT 3) da Força Tarefa de Agroquímicos Brasil-União Europeia participou de reunião realizada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), em fevereiro. O debate foi iniciado com uma apresentação sobre o cenário político da União Europeia, realizado por representante do Sindag, e seguiu com análise dos impactos do regulamento europeu sobre defensivos agrícolas no mercado brasileiro.

A ABIFINA foi representada pelo diretor de Assuntos Regulatórios do Agro, João Alegre, e pela gerente técnica, Diva Arrepia.

COMITÊ FARMO DEBATE A VALIDAÇÃO DE MÉTODOS ANALÍTICOS E BIOANALÍTICOS

Em janeiro, a ABIFINA realizou a primeira reunião técnica do ano do Comitê Farmo, para discutir a proposta de revisão da Resolução RE 899, de 29/05/03, da Anvisa, que trata do guia para validação de métodos analíticos e bioanalíticos. O evento contou com a participação de técnicos das empresas associadas, e resultou em um documento, confeccionado junto à Gerência-Geral de Medicamentos da Anvisa, com a avaliação da entidade sobre a proposta de revisar a resolução.





PROPRIEDADE INTELECTUAL E GRUPO DE APOIO JURÍDICO

Entre janeiro e abril, foram realizadas três reuniões do Comitê de Propriedade Intelectual (PI) e do Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) da ABIFINA, para discussão e planejamento das ações de 2012.

O comitê de PI deu destaque para a anuência prévia da Anvisa, além de abordar matérias legislativas e o tema da diminuição do backlog do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Uma das reuniões contou a presença do novo Coordenador da COOPI/Anvisa, Antônio Carlos Bezerra, e de Mônica Caetano, e outra com os advogados Marcelo Siqueira e Raul Murad, que debateram o *Sham Litigation*.

O GAJ apresentou relatórios de atividades de dezembro e janeiro, ações na Secretaria de Direito Econômico (SDE) e as novas ações ajuizadas em Brasília. O advogado Pedro Barbosa relatou os principais julgamentos realizados de interesse para o grupo.

SAÚDE BRASILEIRA EM FOCO

A ABIFINA, representada pela gerente da área biológica, Ana Claudia Oliveira, participou do evento de abertura oficial do ano acadêmico do Instituto de Tecnologia de Fármacos da Fundação Oswaldo Cruz (Farmanguinhos/Fiocruz), em 15 de março, na sede da instituição.

O diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe, abriu o evento reforçando a importância da atividade de ensino na fundação, e foi seguido da palestra “Setor de saúde: desafios e oportunidades”, ministrada por José Gomes Temporão, presidente do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags) e ex-ministro da Saúde.

CÂMARA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Diva Arrepia, gerente técnica da ABIFINA, participou de debates importantes para o setor agroquímico, na 58ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), realizada em fevereiro. No evento, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) abordou os diversos programas de controle de resíduos conhecidos no país, com ênfase aos conduzidos por órgãos do governo: o Para, da Anvisa; e o PNCRC, do Ministério da Agricultura. O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) apresentou o faturamento do setor de

defensivos agrícolas, que ficou na base dos 8,4 bilhões de janeiro a novembro de 2011.

Retomando o tema do evento “Rio + 20”, que acontecerá em junho, na cidade do Rio de Janeiro, a CropLife International mostrou seu projeto de promoção de práticas de agropecuária sustentável, que também visa contribuir para a definição do conceito de “economia verde”. A organização buscou a parceria de algumas entidades participantes. Outro tema em pauta foi a reivindicação da Aprosoja de liberação dos registros de novas moléculas fungicidas para a ferrugem asiática.

COMITÊ FARMO ENCAMINHA SUGESTÃO À ANVISA

A publicação da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) prevista na Consulta Pública nº 11 da Anvisa foi tema de debate na ABIFINA. A entidade se reuniu com técnicos de empresas associadas para analisar os parâmetros de notificação, identificação e qualificação de produtos de degradação em medicamentos (novos, genéricos ou similares) com princípios ativos sintéticos e semi-sintéticos estabelecidos pela RDC. Sugestões e contribuições obtidas ao final do encontro foram formalizadas e enviadas à Anvisa.

ABIFINA PARTICIPA DE ENCONTROS EM BRUXELAS

A ABIFINA – por meio da gerente da área química, Diva Arrepia –, a Andef e o Sindag estiveram em Bruxelas, Bélgica, no mês de março, representando a delegação brasileira do setor de defensivos agrícolas na Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). O encontro faz parte das negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

O grupo participou da segunda reunião da Força Tarefa de Agroquímicos Brasil-União Europeia, tratando de assuntos como a harmonização e atualização de critérios de aprovação do Regulamento Europeu 1107/2009, que trata da colocação dos produtos agroquímicos no mercado. Os participantes também debateram a propriedade intelectual e o Regulamento LMR 396/2005, relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas em alimentos. A delegação participou ainda de uma reunião com a DG Sanco para discutir o regulamento europeu de defensivos agrícolas, e de outra com o adido agrícola do Brasil na União Europeia, Odilson Silva.



CONSELHO ADMINISTRATIVO

O Conselho Administrativo da ABIFINA realizou em fevereiro sua primeira reunião de 2012 com o quadro social da entidade. No evento, o secretário executivo da Câmara de Medicamentos (CMED), Ivo Bucaresky, apresentou os critérios utilizados para a fixação de preços de medicamentos.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE

No início de fevereiro, ocorreu o primeiro contato do Departamento de Produtos Químicos Intermediários e Farmacêuticos do BNDES, Pedro Palmeira, com o setor produtivo nacional. No encontro, estiveram presentes o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, e técnicos do departamento, para examinar os resultados alcançados pelo Profarma em seus cinco anos de existência, bem como prospectar cenários futuros para sua continuidade. Por meio desse programa, o banco financia investimentos de empresas brasileiras inseridas no Complexo Industrial da Saúde, a partir de subprogramas estratégicos para elevar a competitividade da indústria, contribuir para a redução da vulnerabilidade da política nacional de saúde, e articular a política industrial e a política nacional de saúde.

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS É TEMA DE DEBATE

Entidades do setor químico se reuniram na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em março, para discutir o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) no Brasil. Esse Grupo de Trabalho (GT-GHS), responsável por elaborar e propor estratégias, diretrizes, programas, planos e ações para a implementação do GHS, foi convocado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para participar de apresentação do Econormas, um dos projetos de implementação do GHS no Mercosul, financiado pela União Europeia. A ABIFINA esteve representada no evento pela gerente da área química, Diva Arrepia.

COMITÊ FITO E A CNI

O Comitê de Fitoterápicos da ABIFINA se reuniu em fevereiro para analisar o Projeto de Lei 440/2011, revisar a MP 2.186-16/01 e tratar do andamento da proposta de PPPs no setor. Com relação à MP 2.186-16/01 – principal legislação em vigor sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado –, o grupo discutiu os entraves e perspectivas no âmbito regulatório de fitoterápicos.

Mas o foco principal da reunião foi a criação da Biobras, prevista no PL 440/2012, percebida pelo grupo como uma oposição à estratégia do governo brasileiro e do Plano Brasil Maior de aumentar a competitividade da indústria nacional e incentivar a inovação tecnológica. A medida centraliza a gestão do licenciamento de pesquisas com os biomas brasileiros e monopoliza a publicação das patentes.

As sugestões levantadas no encontro foram enviadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI), enfatizando que a Biobras pode atrapalhar a atratividade das pesquisas com a biodiversidade brasileira, podendo até mesmo inviabilizá-la.

Para reforçar o posicionamento contrário ao Projeto de Lei 440/2011, a ABIFINA participou de audiência com o senador e também presidente do PMDB, Valdir Raupp, em março, acompanhada de representantes da CNI e da entidade FarmaBrasil.

A representação empresarial articulada pela ABIFINA apresentou um documento, no qual demonstra que o projeto de lei vai contrariamente à estratégia central do Plano Brasil Maior, pois, ao propor a criação de mais um novo órgão regulatório, ficaria aumentada em muito a burocracia para o acesso à biodiversidade brasileira, produzindo incongruências e inconstitucionalidades.

A ABIFINA foi representada pelo 1º vice-presidente, Nelson Brasil, e pela gerente da área biológica, Ana Claudia Oliveira, além de Josimar Henrique, diretor da ABIFINA e presidente da FarmaBrasil. Também participaram do evento a responsável pela área de sustentabilidade do grupo Centroflora, Vânia Rudge, e os analistas de políticas e indústria da CNI, Simone Santana e Claudio Cavalcanti.



COMPLEXO DA SAÚDE NO PLANO BRASIL MAIOR

Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em abril, a ABIFINA foi oficializada como integrante do Conselho de Competitividade Setorial do Complexo Industrial da Saúde (CIS). O convite do Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Indústria expressa a força da ABIFINA nos setores farmoquímico e farmacêutico nacionais. A ABIFINA foi representada por seu presidente, Ogari Pacheco. Jean Peter e Odilon Costa, respectivamente vice-presidente e diretor de assuntos regulatórios Farma da ABIFINA, também estiveram presentes.

Na cerimônia, a presidente Dilma Rousseff oficializou também outros conselhos setoriais instituídos no Plano Brasil Maior, que terão o papel de promover a interlocução entre o governo federal, representantes do setor empresarial e trabalhadores dos sistemas produtivos. Os conselhos ficaram responsáveis pela elaboração de propostas que contribuam para o cumprimento das metas da política de promover o desenvolvimento e competitividade da indústria e investir em ciência, tecnologia e inovação.

ABIFINA PARTICIPA DA XXX REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA

No mês de março, o diretor da ABIFINA, Odilon Costa, participou da XXX Reunião do Fórum Nacional da Indústria, no escritório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. A reunião teve início com a apresentação da agenda política, baseada em uma pesquisa de opinião que teve como ênfase a questão tributária.

Outros temas discutidos foram a Agenda Legislativa da Indústria e a Agenda Política Tributária, sendo esta apresentada pelo economista Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e diretor da LCA Consultores.

INDÚSTRIA GANHA EM INOVAÇÃO

Em reunião realizada no dia 16 de março, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), Marco Antonio Raupp, se comprometeu a ajudar a indústria brasileira com a implantação dos instrumentos governamentais que forem necessários para a inovação. O ministro também se dispôs a manter um permanente contato com o Conselho Empresarial de Tecnologia da Firjan, no qual a ABIFINA tem assento.

O apoio foi oferecido após discurso do presidente do Conselho, Fernando Sandroni, sobre o tema, abordando questões de interesse do MCTI, como o complexo industrial da saúde. Sandroni é também membro do Conselho Consultivo da ABIFINA. Além dele e de Raupp, estavam presentes na reunião o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil; o presidente da Firjan e membro do Conselho Consultivo da ABIFINA, Eduardo Eugênio; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; e o secretário do MCTI, Luiz Antonio Elias.

FIOCRUZ LANÇA O TACROLIMO

De extrema importância para o fortalecimento da indústria farmacêutica e farmoquímica nacional, foi lançado em março o produto Tacrolimo, um imunossupressor usado para evitar rejeição de transplantes de rins e de fígado. Na cerimônia de lançamento, realizada na sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estiveram presentes o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha e o diretor de Instituto de Tecnologias em Fármacos (Farmanguinhos), Hayne Felipe da Silva.

A ABIFINA foi representada pelo 1º vice-presidente, Nelson Brasi, e a farmacêutica Libbs – que criou a tecnologia do medicamento –, pelos diretores Álvaro Athayde e Márcia Bueno.



ANVISA DEBATE NA ABIFINA QUESTÕES REGULATÓRIAS

A reunião do Comitê Farmo de março, realizada na ABIFINA, contou com a presença do gerente geral de medicamentos da Anvisa, Norberto Rech, e com representantes da indústria de química fina, a fim de debater alguns dos principais entraves regulatórios para área. Foram revisadas a Resolução RDC 48, que trata de pós-registro de medicamentos, e a RDC 136, sobre o registro de produtos novos. Os participantes também levantaram as dificuldades enfrentadas pelas empresas para a adequação de medicamentos já registrados na Anvisa (RDC 134), e para registros e pós-registros de insumos farmacêuticos ativos (IFAs). O evento contou com a presença de participantes de quase todas as empresas associadas da ABIFINA.

PROPOSTAS DO SETOR FITO SÃO ENVIADAS À ANVISA

As grandes dificuldades de aprovação de fitoterápicos, enfrentadas pelo setor, foram o centro da reunião realizada pela ABIFINA no final de março, em São Paulo. Com o tema “Validação e controle de qualidade em fitoterápicos”, o encontro resultou em propostas para acabar com os entraves regulatórios do processo, formalizadas em documento enviado à Anvisa. A ABIFINA participou do evento, representada pela gerente de Biodiversidade e Propriedade Intelectual, Ana Claudia Oliveira.

ABIFINA LUTA PELO FIM DA GUERRA FISCAL DOS PORTOS

A ABIFINA, em conjunto com mais de 20 associações de empresários e trabalhadores do Brasil - incluindo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), publicou no final de fevereiro um anúncio de página inteira nos jornais de grande circulação, em favor da Resolução 72/2010, que visa uniformizar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações.

De autoria do senador Romero Jucá, o projeto teve o objetivo de eliminar o tratamento fiscal que vem privilegiando mercadorias importadas em detrimento da indústria local e do mercado de trabalho brasileiro. A diferença de tributos é de até 9% a mais para os produtos nacionais, em diversos estados do país, prejudicando a produção e a estrutura econômica nacionais.



GLOBE QUÍMICA

EMPRESA INAUGURA DUAS NOVAS PLANTAS DE SÍNTESE EM 2012

Com um plano de investimento maciço para o desenvolvimento de novos produtos e em novas unidades industriais, a Globe Química atingiu resultados surpreendentes, evidenciados pelo lançamento de seis Insumos Ativos Farmacêuticos, entre eles dois Antiretrovirais da linha oncológica, além de oito novos produtos para a área de aromas e fragrâncias.

E para produção desses novos produtos, através de um investimento da ordem de R\$ 6 milhões, foram construídas duas novas plantas no site de Cosmópolis (SP). A unidade de Insumos Ativos Oncológicos foi concluída em abril e está apta para a produção dos lotes pilotos que entrarão em estudo de estabilidade ainda no primeiro semestre. A unidade de produtos terpênicos será concluída em maio e os clientes do setor de fragrâncias já receberam as amostras para homologação dos produtos de alta qualidade, com os quais a Globe Química pretende alcançar o mercado externo, principalmente o europeu.

No início deste ano, também como resultado positivo de seu programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Globe Química protocolou o pedido de registro de patente no INPI para o novo processo de isolamento do insumo farmacêutico Lamivudina. O novo processo é capaz de isolar a molécula de Lamivudina das impurezas, garantindo um insumo farmacêutico de alta pureza, com maior rendimento e menor tempo de processo. Outra grande vantagem deste processo é o menor consumo de energia e de matérias-primas, o que contribui positivamente para o meio ambiente.

É a Globe Química produzindo no Brasil, investindo para o fortalecimento da farmaquímica nacional e acreditando na capacidade técnica de sua equipe para reduzir a dependência de insumos importados.



PROGRAMA DE OFICINAS DA ABIFINA

O CONHECIMENTO ENCURTA CAMINHOS

Acreditando na capacitação profissional, a ABIFINA lança em março de 2012 uma série de oficinas com foco em temas relativos à P, D&I nos quais o mercado necessita de maior aprofundamento técnico.



ABRIL

24 de 10 às 17h e 25 de 9 às 12h

▶ Prospecção Tecnológica de Documentos de Patentes

- Importância da prospecção tecnológica de documentos de patentes em P&D
- Uso estratégico da informação tecnológica
- Inteligência competitiva
- Gestão do conhecimento e Foresight
- Bases públicas e privadas de busca de patentes
- Estratégias de busca de documentos de patentes

MAIO

10 de 10 às 17h e 11 de 9 às 12h

▶ Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios

- Conceitos
- Legislações
- Cgen, Ibama, CNPq
- Tratado de Budapeste e Convenção da Diversidade Biológica (CDB)
- COP10, Protocolo de Nagoya, Rio+20
- Repartição de Benefícios e Contratos com comunidades tradicionais
- Estudos de casos

24 de 10 às 17h e 25 de 9 às 12h

▶ Técnica de Brainstorming aplicada à Indústria e Institutos de Pesquisa

- Conceitos
- Teoria de Alex Osborn
- Técnicas de Brainstorming aplicadas à indústria
- Desenvolvimento de novos produtos
- Resolução de problemas
- Gestão de projetos
- Gestão de processos
- Dinâmica de grupo

30 de 10 às 17h e 31 de 9 às 12h

▶ Legislação de Propriedade Industrial

- Lei de Propriedade Industrial 9279/96
- Tipos de Proteção
- Conceitos
- TRIPS
- Tratado de Cooperação de Patentes (PCT)
- Atos normativos do INPI
- Legislações correlacionadas
- Acordos Bilaterais e Multilaterais

JUNHO

04 de 10 às 17h e 05 de 9 às 12h

▶ Propriedade Intelectual da Biodiversidade

- Requisitos de Patenteabilidade
- Formas de Patenteabilidade da biodiversidade
- O que é patenteável no Brasil em termos de biodiversidade
- O que é patenteável no exterior em termos de biodiversidade
- Estratégias para a patenteabilidade de seres vivos
- Agregação de valor de produtos oriundos da biodiversidade

14 de 10 às 17h e 15 de 9 às 12h

▶ Qualidade da matéria-prima vegetal

- Formas de cultivo
- Formas de coleta
- Formas de armazenamento
- Transporte
- Compra e venda de matéria-prima vegetal
- Rastreabilidade
- Qualidade final da Matéria-prima

25 de 10 às 17h e 26 de 9 às 12h

▶ **Propriedade Intelectual aplicada ao Agronegócio**

- Patentes de Invenção
- Proteção sui generis
- UPOV
- Cultivares Vegetais
- Formas de proteção no Brasil
- Formas de proteção no exterior
- Indicação Geográfica no Agronegócio
- Estudos de casos

JULHO

11 de 10 às 17h e 12 de 9 às 12h

▶ **Gestão de Projetos**

- Conceitos
- Metodologias de Gestão de Projetos
- Ciclo de vida do projeto
- Seleção de projetos
- Planejamento do projeto
- Desenvolvimento do cronograma
- Execução de um projeto
- Gestão de conflitos
- Desenvolvimento da equipe do projeto
- Monitoramento e controle de projeto
- Encerramento do projeto ou fase

16 de 10 às 17h e 17 de 9 às 12h

▶ **Propriedade Intelectual da Biotecnologia**

- Lei de Propriedade Industrial 9279/96
- Comparação com outros países sobre apropriação de seres vivos e produtos naturais
- Requisitos de Patenteabilidade
- Suficiência descritiva em Biotecnologia
- Tratado de Budapeste
- Estudos de casos

26 de 10 às 17h e 27 de 9 às 12h

▶ **Técnicas de Questionamentos de Suposições para Inovação na Indústria**

- Questionamentos de Validades de regras
- Questionamentos de procedimentos
- Questionamentos de situações
- Uso em casos de “vazio de idéias” e paradigmas de pensamentos
- Suposições aplicadas às áreas de interesse
- Modelos e padrões de organização
- Tendências polarizadas
- Estudos de casos

AGOSTO

13 de 10 às 17h e 14 de 9 às 12h

▶ **Indicação geográfica como agregação de valor**

- Conceitos
- Legislações
- Tipos de Indicações Geográficas
- Uso das Indicações Geográficas nos setores de interesse
- Benefícios da IG para Produtores e Consumidores
- Procedimentos para o Registro de IGs
- Estudos de casos

23 de 10 às 17h e 24 de 9 às 12h

▶ **Técnica de SCAMPER aplicada à Indústria Farmacêutica, Agroquímica e de Cosméticos**

- Conceito de Scamper
- Definição dos problemas da Indústria
- Aplicação da Técnica de Scamper ao problema
- Definição da estratégia
- Diretrizes da organização
- Estudos de casos

29 de 10 às 17h e 30 de 9 às 12h

▶ **Valoração de tecnologias**

- Métodos usuais de valoração
- Condições gerais de negociação
- Remuneração
- Como criar valor
- Para quem vender a tecnologia
- Como vender
- Grau de competição da tecnologia
- Análise preliminar do valor
- Estudo de casos

SETEMBRO

13 de 10 às 17h e 14 de 9 às 12h

▶ **Captação de recursos, editais e elaboração de projetos**

- Captação de recursos
- Questões éticas na captação de recursos
- Agências de Fomento
- Alianças estratégicas para a captação de recursos
- Busca de editais
- Elaboração de Projetos
- Prática de elaboração de Projetos

17 de 10 às 17h e 18 de 9 às 12h

▶ **Técnicas de Desenho de Cenários para a Indústria**

- Planejamento estratégico
- Informação disponível
- Variáveis determinantes
- Âmbito do problema
- Abrangência de operações
- Consenso do grupo
- Diretrizes da organização
- Estudo de casos

27 de 10 às 17h e 28 de 9 às 12h

▶ **Propriedade Industrial na Indústria Farmacêutica**

- Lei nº 9.279/96
- Direitos da Propriedade Intelectual ligados à indústria farmacêutica
- Diretrizes de exame no INPI
- Papel dos NITs e/ou setores especializados
- Titularidade da invenção
- Estratégias de patenteamento da indústria farmacêutica
- Estudo de casos

OUTUBRO

10 de 10 às 17h e 11 de 9 às 12h

▶ **Vigilância Sanitária de Fitoterápicos e Fitocosméticos**

- Normas para registro de medicamentos fitoterápicos
- Segurança e eficácia de medicamentos fitoterápicos
- Ensaios clínicos de medicamentos fitoterápicos
- Controle de qualidade de medicamentos fitoterápicos
- Principais motivos de indeferimento pela ANVISA
- Farmacovigilância de fitoterápicos
- Notificação de drogas vegetais

22 de 10 às 17h e 23 de 9 às 12h

▶ **Análise de Mercado e Observação da Concorrência**

- Caracterização do empreendimento
- Levantamento da concorrência

- Detecção de novas oportunidades
- Diagnóstico de ameaças
- Identificação de mercado potencial
- Sazonalidades
- Estratégia competitiva

25 de 10 às 17h e 26 de 9 às 12h

▶ **Elaboração de Artigos Científicos**

- Tipos de artigos
- Elementos constitutivos do artigo
- Estrutura do texto
- Corpo do Artigo – Argumentação
- Elementos pós-textuais
- Características do texto
- Citações e notas
- Elaboração de Referências Bibliográficas
- Apresentação de ilustrações
- Apêndices e anexos

NOVEMBRO

12 de 10 às 17h e 13 de 9 às 12h

▶ **Alianças Estratégicas entre Empresas e Universidades e Centros de Pesquisa**

- Levantamento da cadeia produtiva do setor de interesse
- Estratégias de Interação com a cadeia produtiva
- Prática de Interação com a cadeia produtiva
- Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs)
- Titularidade de Invenções
- Formas de Parcerias
- Contratos de Transferência de Tecnologia

28 de 10 às 17h e 29 de 9 às 12h

▶ **Uso e Aplicação das Nuvens de TAG**

- Conceitos
- Uso de nuvens de tag em publicações científicas
- Como usar nuvens de tag
- Geradores de Tag clouds
- Criação de Nuvens de Tag



Dra. Ana Claudia Dias de Oliveira

- Doutorado em Biotecnologia Vegetal (UFRJ) - 2011
- Doutorado Sanduíche Empresarial (UFRJ) - Propriedade Intelectual e Prospecção de medicamentos (2009)
- Ex-Analista de Patentes da Anvisa Atualmente é Gerente da GEBIO (Gerência de Biodiversidade, Biológicos e Propriedade Industrial) da Abifina e professora colaboradora no Curso de Especialização em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos da Fiocruz.

LOCAL

Av. Churchill, 129, sala 1201, Centro, Rio de Janeiro.

INSCRIÇÕES E MAIORES INFORMAÇÕES

E-MAIL: [cursos@abifina.org.br](mailto: cursos@abifina.org.br)

TEL.: (21) 3125-1414 com Lucielen Menezes



CPH south america

where intelligence gathers

21 a 23
de agosto
de 2012

São Paulo
Transamerica
Expo Center
Das 10h às 18h

Encontre o universo Pharma na CPhI South America

Maior e mais completa:

- > **5x maior** que qualquer outro evento focado em ingredientes
- > Fornecedores e distribuidores de insumos do **mundo todo**
- > Visitantes **qualificados**
- > Congresso de **alto nível**

Road Shows Seminários exclusivos na América Latina

Novos dias e horário De terça a quinta-feira, das 11h às 18h

Conferências Sala de conferências no mesmo ambiente da exposição

Match Making Reuniões pré-agendadas entre expositores e visitantes

Pavilhão



Plataforma ideal para empresas que oferecem serviços de outsourcing e soluções em Biotecnologia para a Indústria Farmacêutica, proporcionando networking, novos negócios e troca de informação.

Esteja um passo à frente de um mercado em constante mudança global...
... garanta agora seu espaço na **CPH South America 2012**

Apoio Exclusivo:



Apoio Inteligência em Biotecnologia



Apoio Inteligência de Mercado:



Redes Sociais Oficiais:



Organização:



Mídias Parceiras:



FACTO



Apoios:



Confiança é algo que se conquista com o tempo

Blanver, desde a década de 1970 parceira da indústria farmacêutica brasileira



Serviços de Terceirização

- Laboratório Farmacotécnico
- Compressão
- Revestimento
- Encapsulamento
- Área de Produtos Especiais
- Efervescentes
- Ativos Coloridos
- Produtos Controlados (Port. 344)
- Embalagem Primária / Secundária
- Micronização

Excipientes

- Microcel (Celulose Microcristalina)
- Tabulose SC (Celulose Microcristalina + Carboximetilcelulose Sódica)
- Solutab (Croscarmelose Sódica)
- Explosol (Glicolato de Amido Sódico)
- Sorb Cel (Base Efervescente)

Unidade de Terceirização
(55 11) 4138-8200
Taboão da Serra – SP

Unidade Farmoquímica
(55 11) 4144-9400
Itapevi - SP



www.blanver.com.br